



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**BACHARELADO EM SOCIOLOGIA**

**Fábio Roberto da Nóbrega Júnior**

**Desinformação e patologização da esfera pública no Brasil: as derivas da agitação  
bolsonarista nas redes sociais da internet durante a pandemia da COVID-19**

**Monografia**

**Brasília**

**2022**

**Fábio Roberto da Nóbrega Júnior**

**Desinformação e patologização da esfera pública no Brasil: as derivas da agitação  
bolsonarista nas redes sociais da internet durante a pandemia da COVID-19**

Monografia apresentada ao Curso de Sociologia da Universidade de Brasília - UnB, como  
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sayonara de Amorim Gonçalves Leal.

**Brasília**

**2022**

**Fábio Roberto da Nóbrega Júnior**

**Desinformação e patologização da esfera pública no Brasil: as derivas da agitação  
bolsonarista nas redes sociais da internet durante a pandemia da COVID-19**

**Monografia apresentada ao Curso de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB  
como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Sociologia.**

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Sayonara de Amorim Gonçalves Leal,

Doutora pela Universidade de Brasília

Professora Orientadora

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Moraes Teixeira,

Doutora pela Universidade de São Paulo

Integrante da Banca Examinadora

Brasília, 7 de novembro de 2022

## **Agradecimentos**

À minha prima, amiga e mãe de coração, Leidi Oliveira, por sempre estar ao meu lado e depositar a sua confiança em mim e em meus projetos. Serei eternamente grato por esse incondicional carinho.

À minha psicóloga, pela escuta atenta nas análises e pelas intervenções que me fazem (re)pensar e refletir sobre os meus comportamentos, ideais e vitrines – que inevitavelmente se quebram ao longo do tempo. Em meio às adversidades e dores, encontro na fala um lugar de refúgio, mesmo tropeçando e caindo constantemente nos meus discursos e palavras.

Ao meu amor e confidente, Iury Lima, por ter sido o meu afago nos momentos de angústia, ansiedade e incertezas. Mas, principalmente, por ter sorrido comigo nos momentos de felicidade e conquistas.

Ao eterno João da Psicologia, meu maior presente da disciplina de Estatística Aplicada. Um exemplo de amigo leal, acolhedor e cuidadoso. Para além disso, um acadêmico de altíssima qualidade que me inspira e que ainda vai chegar muito longe.

À minha paulista e caraguatatubense favorita, Camila Cruz, que mesmo estando a mais de mil quilômetros de distância, continua se fazendo presente na minha vida. Ademais, por dividir comigo as aflições e os alívios desta reta final de graduação e, conseqüentemente, as idas e vindas da monografia.

À minha querida orientadora, professora Sayonara Leal, pelas aulas de sociologia política na sua sala, pelas discussões e orientações no café Los Baristas e também pelas reuniões elucidativas ao longo do tempo que estamos trabalhando juntos. Enxergo na professora Sayonara uma pesquisadora de excelência que contribui de forma demasiada para as Ciências Sociais brasileiras e que me ensinou tão pacientemente como fazer pesquisa nos projetos de iniciação científica que desenvolvemos de maneira conjunta. Certamente, nunca esquecerei suas contribuições teóricas e metodológicas para a minha vida acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter financiado os meus dois projetos de iniciação científica – que deram vida a esta monografia.

Às políticas públicas de assistência estudantil, pois sem elas a minha permanência na universidade teria sido inviável.

À Universidade de Brasília (UnB), um lugar que eu nunca pensei que fosse para mim durante o ensino médio, sobretudo enquanto estudante de escola pública na periferia do Distrito Federal. Entretanto, a UnB mudou a minha vida das mais incontáveis formas, além de ter me proporcionado uma rede de afeto incrível.

Me feri, vivi o estresse, peço em prece que me preze

Nem tudo que sobe e desce, me parece

Que o tempo se perde enquanto a gente padece

Buscando luz mesmo não tendo Sol

Sigo só

Só mais um dia de luta

Depois do dilúvio

*Dilúvio, Karol Conká*

## Resumo

Este estudo se dedica à investigação dos nexos teóricos e empíricos entre o fenômeno da desinformação e a patologização da esfera pública contemporânea evidenciados fortemente no contexto da agitação da extrema direita em redes sociais digitais no Brasil, durante a maior crise sanitária mundial dos últimos tempos. Não obstante, constatamos em experimentos de pesquisa, anteriores à pandemia da Covid-19, o ativismo político de feições fascistas na internet, pautado em fake news, influenciando o pleito eleitoral em diversos países e moldando a opinião pública ao redor do mundo. No Brasil, temos a eleição de 2018 como um marcador da ascensão da “pós-verdade” aliada à atuação de forças ultraconservadoras que nutriram a campanha de Jair Bolsonaro, candidato vencedor da extrema direita que ascendeu ao poder público central no país. Em uma era marcada pela conectividade e pelas tecnologias digitais, verificamos a agitação bolsonarista em redes sociais online de sociabilidade na esfera pública digital, poluindo o debate do problema público global do coronavírus com informações falsas sobre medidas de enfrentamento da pandemia. Mais especificamente, entre os anos de 2020 e 2021, assistiu-se a um verdadeiro caos informacional atrelado a discursos de ódio ecoados da formação discursiva bolsonarista, incentivando comportamentos destoantes das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), tanto em ambientes online como offline. Observamos ataques às orientações tecno-científicas nos eixos de prevenção, tratamento e imunização contra o vírus, principalmente por parte do presidente da República e de seus apoiadores, que instigaram o questionamento aos sistemas peritos de saúde e às autoridades sanitárias. Com base no método de etnografia virtual, fizemos a observação participante em grupos bolsonaristas no Facebook, Telegram e WhatsApp, num primeiro momento entre dezembro de 2019 e abril de 2020 e, posteriormente, de janeiro a setembro de 2021, onde cotejamos e analisamos trocas de mensagens entre membros dessas comunidades virtuais reveladoras de práticas discursivas de seguidores do chefe do executivo federal que sustentavam narrativas negacionistas, anticívicas e anticientíficas, resultando em derivas da “formação discursiva bolsonarista”, cuja manifestação na esfera pública política brasileira remonta a períodos anteriores às eleições de 2018 e se notabiliza, ao nosso ver, durante a pandemia.

**Palavras-chave:** desinformação; extrema direita; redes sociais digitais; esfera pública; Covid-19.

## Abstract

This study is dedicated to the investigation of the theoretical and empirical nexus between the phenomenon of disinformation and the pathologization of the contemporary public sphere, strongly evidenced in the context of the far-right agitation on social media in Brazil, during the biggest global health crisis in recent times. Nevertheless, we found in research experiments, prior to the Covid-19 pandemic, the political activism of fascist features on the internet, based on fake news, influencing the electoral process in several countries and shaping public opinion around the world. In Brazil, we have the 2018 election as a marker of the rise of “post-truth” combined with the action of ultra-conservative forces that nurtured the campaign of Jair Bolsonaro, the winning candidate of the extreme right who ascended to central public power in the country. In an era marked by connectivity and digital technologies, we see the bolsonarist agitation on social media of sociability in the digital public sphere, polluting the debate on the global public problem of the coronavirus with false information about measures to face the pandemic. More specifically, between the years 2020 and 2021, there was real information chaos linked to hate speeches echoed by the bolsonarist discursive formation, encouraging behaviors that are inconsistent with the recommendations of the World Health Organization (WHO), both on online and offline environments. We observed attacks on the techno-scientific guidelines in the areas of prevention, treatment and immunization against the virus, mainly by the President of the Republic and his supporters, who instigated the questioning of expert health systems and health authorities. Based on the method of virtual ethnography, we carried out participant observation in bolsonarist groups on Facebook, Telegram and WhatsApp, at first between December 2019 and April 2020 and, later, from January to September 2021, where we collated and analyzed exchanges of messages among members of these virtual communities revealing discursive practices of followers of the head of the federal executive who supported denialist, anti-civic and anti-scientific narratives, resulting in drifts of the “bolsonarist discursive formation”, whose manifestation in the Brazilian public political sphere dates back to periods before the 2018 elections and stands out, in our view, during the pandemic.

**Keywords:** disinformation; far-right; social media; public sphere; Covid-19.



## **Lista de siglas**

**Abraji** – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

**Anvisa** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**LGBTQI+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo e +

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**PL** – Partido Liberal

**PNI** – Plano Nacional de Imunizações

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PSL** – Partido Social Liberal

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**TICs** – Tecnologias da Informação e Comunicação

**TSE** – Tribunal Superior Eleitoral

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>1. Relação crítica entre desinformação e patologização da esfera pública contemporânea</b> .....	13
1.1 Viradas da esfera pública contemporânea em tempos de redes sociais online .....	18
<b>2. A constituição de contra-públicos bolsonaristas nas redes sociais da internet</b> .....	30
<b>3. A agitação fascista em contra-públicos bolsonaristas nas redes sociais online: do discurso homofóbico ao antivacina</b> .....	39
3.1 O dispositivo de coleta e análise dos dados da investigação .....	40
3.2 Propósitos homofóbicos da agitação bolsonarista nas redes sociais online.....	43
3.3 Desinformação e negacionismo no caso da vacina contra a COVID-19 e a ideologização da saúde pública no Brasil.....	48
3.4 O discurso antivacina em redes sociais bolsonaristas online .....	55
3.5 Procedimentos metodológicos e teóricos da investigação .....	59
<b>Considerações finais</b> .....	69
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	71

## **Introdução**

Este trabalho se interessa pela associação entre os fenômenos da ascensão da extrema direita (ou alt-right) e da proliferação de fake news, como marcadores das atuais crises das democracias em vários países. No Brasil, a atuação das forças conservadoras na política nutrida por regimes de “pós-verdade” ganha fôlego com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, em 2018. As redes sociais da internet constituem aparatos disseminadores de notícias falsas em favor da manipulação social da opinião pública. Ainda que as redes de interações online possuam normas e regulamentos para o devido uso da plataforma digital, o Judiciário brasileiro tem tido dificuldades de aplicar dispositivos legais para coibir, de forma eficaz e célere, a difusão de informações falsas nesses espaços, corroborando para distorções no processo político e eleitoral e, muito fortemente, no período de crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19.

De um modo geral, os cidadãos seriam atraídos pela confiabilidade das informações que emanam da figura de uma personalidade pública que se torna o chefe da nação. Contudo, essa lógica se inverte com as notícias falsas, visto que estas não têm compromisso com a veracidade, mas com o caráter sensacionalista e populista do conteúdo mediatizado. A desinformação se beneficia de ambientes políticos polarizados, contribuindo para a manipulação da opinião pública através de informações dissimuladas e tendenciosas.

Num contexto de esferas públicas digitalizadas, nos deparamos tanto com o aumento de acessos às informações como de possibilidades de desvirtuamento de seu conteúdo. Assim, a multiplicidade de fontes informativas em plataformas digitais não necessariamente fortalece o debate público durante pleitos eleitorais e fora deles, quando operam para confundir e enganar o eleitor ao aliciá-lo, utilizando ferramentas de montagem de imagens e discursos falaciosos em prol de um ator político. Neste sentido, constatamos o avanço da “patologização da esfera pública contemporânea”, cuja evidência robusta está na expressividade da “agitação bolsonarista” em discursos de ódio contra minorias em redes de sociabilidades na internet.

As mídias digitais são um terreno fértil para a disseminação de teorias conspiratórias, explorando as emoções e as crenças pessoais. Tal fato não é algo novo na sociedade, mas permanece ainda mais forte quando existem canais comunicacionais que auxiliam na dissipação célere de informações enganosas e tresloucadas. Azarias (2016, p. 47) afirma que os mitos políticos nascem a partir de três elementos: são advindos de uma narrativa explicativa; são

permeados por fantasia e irracionalidade; e incorporam um caráter político e mobilizador. Logo, movimentos sociais, candidatos da política e também autoridades públicas utilizam esses componentes para espalhar boatos depreciativos, seja em torno de um oponente ou mesmo de um assunto específico, usando o poder do mito e explorando o imaginário político de eleitores e internautas.

Além de suscitar comportamentos anticívicos, intolerantes e delirantes, as fake news representam uma ameaça à democracia, visto que o espalhamento de notícias fraudulentas gera insegurança e a reascensão de movimentos ultraconservadores e segregacionistas (OLIVEIRA e GOMES, 2019, p. 95). Além disso, é importante salientar que a quantidade massiva e infinita de dados favorece a atuação de governos autoritários, pois se torna inviável para a população verificar as devidas informações corretas (Ibid., p. 96). Logo, as bolhas e filtros das mídias digitais nutrem cada vez mais a “zumbificação da informação”<sup>1</sup> (LEITE e MATOS, 2017, p. 2339).

No contexto de pandemia da Covid-19, em efervescência principalmente entre 2020 e 2021, os efeitos da desinformação são ainda mais danosos, pois as orientações das autoridades sanitárias são rechaçadas em nome de posturas ideológicas e anticívicas. A partir do disparo de notícias falsas, grupos bolsonaristas se tornam protagonistas da propagação do caos informacional no cenário de prevenção, tratamento e imunização contra a doença. Observamos marcadores semânticos nas expressividades desses internautas que remetem à "formação discursiva bolsonarista": negacionismo, anticientificismo e anti-intelectualismo. A pesquisa foi realizada em grupos bolsonaristas no Facebook, WhatsApp e Telegram. Num primeiro momento, o marcador temporal do material coletado está delimitado entre dezembro de 2019 e abril de 2020. Por outro lado, quando tratamos sobre os eixos de prevenção, tratamento e imunização relacionados ao Covid-19, o período dos dados corresponde de janeiro a setembro de 2021. As metodologias utilizadas nesta pesquisa foram a etnografia digital e a análise do discurso. Os resultados da investigação apontam para o nexos entre a negação da ciência e discursos antidemocráticos postulados pela maior autoridade pública do país, fomentando a desinformação ao mesmo tempo em que reforça o poder da formação discursiva bolsonarista.

O desenvolvimento da monografia está dividido em três atos. Inicialmente, argumentamos sobre a desinformação e o ataque aos direitos de minorias em nome da liberdade

---

<sup>1</sup> Comportamento atrelado ao consumo e disseminação de desinformação sem reflexão crítica e ética nos meios digitais.

de expressão, que poluem a esfera pública, atribuindo para a sua patologização. Na segunda seção, ilustramos esse fenômeno no contexto da esfera pública no Brasil, a partir da agitação fascista em grupos públicos bolsonaristas nas redes sociais, explorando observações desse ativismo de extrema direita. O propósito dos dois capítulos é exibir as afinidades entre a formação discursiva bolsonarista que triunfa na campanha eleitoral para eleger Jair Bolsonaro como presidente da República e sua permanência ao longo de seu mandato. Na terceira parte, debatemos sobre o advento da pandemia do coronavírus, postulando que as mídias digitais bolsonaristas partem da mesma formação discursiva, reproduzindo o comportamento do presidente Bolsonaro contra as orientações tecno-científicas de prevenção, tratamento e imunização contra o vírus. Neste sentido, damos conta das práticas discursivas de extrema direita no quadro de pandemia apoiado no negacionismo e em fake news, colaborando para fortalecer a campanha de desinformação que nutre a infodemia e causa prejuízos às forças de combate da crise sanitária.

### **1. Relação crítica entre desinformação e patologização da esfera pública contemporânea**

Ao falarmos de esfera pública e de meios comunicativos como espaços que influenciam a política, a obra de Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, se torna um referencial teórico incontornável, sobretudo quando nos referimos à relação entre democracia e ação comunicativa, que pressupõe uma cultura argumentativa do debate público. Para o autor, a esfera pública moderna é uma categoria sócio-histórica intrínseca à sociedade burguesa tornada possível pelos desenvolvimentos do projeto iluminista no contexto europeu, como *lócus* de exercício da liberdade de pensamento. (HABERMAS, 2014).

O termo “público” e “esfera pública” denunciam uma multiplicidade de significados advindos de diferentes fases históricas, sendo termos tradicionais do Direito, da Ciência Política e também da Sociologia. Entretanto, para Habermas, o conceito de “público” é aquele que se contrapõe às sociedades fechadas, sendo eventos acessíveis para qualquer um. Neste sentido, o Estado fica responsável pelo “poder público”, pois deve promover o bem-comum entre os cidadãos. Notoriamente, o sujeito da esfera pública é aquele que possui a opinião pública, seja ela formal ou informal, o que se traduz em fator chave e influenciável para a tomada de decisões, principalmente quando inserimos nesse *lócus* a publicidade crítica (podendo ser também manipulativa). Aqui, a publicidade assume um papel fundamental, já que ela desperta e influencia a opinião pública, promovendo a comunicação.

Falar de esfera pública é atrelar o seu significado à sociedade burguesa, mas, antes disso, já se discutia o que seria o “público” e o “privado”: palavras originárias do grego e que foram transmitidas para uma versão romana. A vida pública não se restringe a um local, todavia, vai criando formas na conversação. Entre o século XVIII e XIX eram considerados cidadãos aqueles que efetivamente eram dispensados do trabalho produtivo, isto é, possuíam autonomia privada enquanto senhores de suas casas. A esfera pública era concebida como um reino da liberdade e da continuidade, em que sua característica fundamental se estrutura naquilo que é visível a todos. Ainda que neste ambiente os indivíduos eram tidos como “iguais”, os cidadãos procuravam se destacar, configurando uma verdadeira disputa pela fama e visando o reconhecimento.

A aplicação da esfera pública se materializa com o nascimento do Estado moderno e o distanciamento da sociedade civil dele, sendo ainda hoje um princípio organizacional do nosso ordenamento político (HABERMAS, 2014, p. 17). Além disso, a esfera pública era controlada pelo poder do Estado, entretanto, como explicita o sociólogo alemão aqui em evidência, ocorre um processo de ocupação deste espaço por indivíduos conscientizados, que se volta contra esta dominação para exercer suas críticas.

Ao tratar da opinião pública, Habermas a concebe no sentido de reputação ou a opinião que se estabelece em relação aos outros. Cristiana Losekann (2009) afirma que a noção de opinião pública para Habermas está inerente ao conceito de racionalização, que se funde à condição humana, conectada à capacidade de racionalizar. Naturalmente, a existência de assuntos em discussão implica no julgamento de realidades sociais, configurando uma avaliação pública sob um tema que ganha publicidade. Logo, a esfera pública se torna um *locus* de legitimação do poder público (Ibid., p. 39). O fator comum que reúne este público para exercer suas críticas é a propriedade privada e a sua devida manutenção. Sob este prisma, a esfera privada se constitui enquanto o espaço íntimo da família e da sociedade civil burguesa.

De qualquer forma, fica estabelecida a autonomia privada, das instituições públicas e das funções relacionadas com a capacidade de comunicação dos indivíduos. Em trabalhos mais recentes de Habermas, noções de espacialidade, composição e estrutura social da esfera pública são repensadas: “esta jamais pode ser confundida com alguma instituição, organização ou qualquer estrutura normativa. Também não é possível delimitar seus limites e fronteiras previamente. Ela se constitui como uma estrutura aberta” (LOSEKANN, 2009, p. 41).

Portanto, a esfera pública é uma categoria para denominar a reunião, o agrupamento de pessoas que saem do seu âmbito do privado, que juntos, se tornam uma coletividade reivindicando as suas demandas junto ao governo. Ou seja, há um debate desse público junto às autoridades (e contra as autoridades) para discutir temas relacionados ao trabalho, às mercadorias, aos direitos liberais. Ambientes como bares, cafés, teatros, concertos e meios de comunicação (eletrônicos e online) se constituem como lugares de trocas argumentativas, isto é, espaços que possuem uma estrutura comunicacional e que não seriam controlados pelo sistema. Com isso, pode-se observar que a esfera pública se torna um princípio organizativo da vida política quando falamos de manifestação social onde se manifesta a razão comunicativa (PALERMO, 2014).

Não obstante, existem fatores que podem levar ao declínio da esfera pública burguesa, nos termos discutidos por Habermas (2014), como, por exemplo, a ascensão da publicidade comercial e a coerção da opinião pública, isto é, quando ocorre a perda de poder político e reprodução social instrumentalizada desse espaço. Habermas critica a prevalência de uma razão instrumental em espaços de esfera pública. Conseqüentemente, podemos falar de uma racionalidade tecnológica que transforma a prática política em instrumento da ciência e da técnica, excluindo uma esfera comunicativa sancionada linguisticamente (LUBENOW, 2013).

Mais que isso, o positivismo é reduzido a um mero instrumento e se incorpora à esfera pública política, enquanto esta se torna permeada por influências. A racionalização progressiva da sociedade moderna, atravessada por critérios de ação instrumental, manipula também os sistemas técnicos da moldura institucional da sociedade, em que há a redução dos problemas práticos a uma solução de racionalidade técnica (Ibid., p. 85).

Discutir esta racionalidade tecnológica que modifica a comunicação dos indivíduos na esfera pública é extremamente importante, pois a partir do momento em que a práxis política se transforma em técnica política, a atividade prática das discussões políticas se desmembra da discussão pública, excluindo a esfera comunicativa. Logo, “a utilização do conhecimento técnico para influenciar a prática política caracteriza um exercício de poder do político que se baseia em última instância em decisões racionalmente injustificáveis entre valores e interesses em disputa” (LUBENOW, 2013, p. 94). Este antagonismo entre saber técnico e o exercício da dominação política se sustenta ideologicamente numa base legitimadora insuficiente.

Ocorre, então, que ao invés de uma discussão pública das questões práticas, ganha força o exercício burocratizado do poder e da dominação, em que há um espaço de opinião pública

com fins manipulativos. No que tange a uma opinião pública manipulada, Bourdieu (1973) faz uma investigação sobre pesquisas de opinião e reitera que há muitas problemáticas que devem ser levantadas. De primeira, pode-se destacar o caráter de submissão diante de interesses políticos, dirigindo o significado das respostas e, conseqüentemente, da publicação dos resultados. Além de ser um instrumento da ação política, cria-se a ilusão de que há uma opinião pública, mas ela é somente a soma de opiniões individuais. Portanto, na visão de Bourdieu, um efeito fundamental da pesquisa de opinião é “constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, portanto legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundamentam ou a tornam possível” (BOURDIEU, 1973, p. 3).

Em seu artigo, Lubenow afirma que Habermas não conseguiu encontrar nas sociedades capitalistas avançadas uma “base institucional” para uma esfera pública política crítica (LUBENOW, 2013, p. 99). Ademais, a dialética da socialização do Estado, juntamente com a estatização progressiva da sociedade, são marcadores do declínio e da destruição da base da esfera pública burguesa: separação entre Estado e sociedade (HABERMAS, 2014). Isto é, a interpenetração do setor público com o setor privado torna inútil a esfera pública, dado que a estatização não permite a interferência de pensamentos políticos de pessoas privadas.

No Brasil, podemos constatar a difusão dos princípios da esfera pública política brasileira (influenciada pelo iluminismo liberal) no século XIX, com a atuação do jornal *Correio Braziliense*<sup>2</sup>, conforme detalha Ribeiro (2004). Em seu trabalho, é ressaltada a sua devida importância, chamando atenção o seu padrão de jornalismo crítico amadurecido que faz interseção com instituições do espaço público, advindas da esfera privada das sociedades modernas. A autora analisa as instituições jornalísticas do Rio de Janeiro (entre os séculos 19 e 20), pois é neste lugar que ocorre o desenvolvimento da imprensa brasileira (instrumento necessário para a prática política).

O público, que constitui a opinião pública, está dividido em três vertentes: o “povo”, a sociedade esclarecida e o Estado português (RIBEIRO, 2004). Entretanto, era concebido como público os indivíduos que pertenciam a uma camada econômica e culturalmente satisfatória. Seus membros, majoritariamente, pertenciam aos quadros administrativos do Estado, apresentando homogeneidade e exibindo um diálogo institucional entre imprensa e aparelho

---

<sup>2</sup> Criado por Hipólito da Costa no século XIX e publicado em Londres, o *Correio Braziliense* é considerado o primeiro jornal brasileiro. Segundo Ribeiro (2004), o periódico imaginou e delimitou normas de uma reflexividade pública, incorporando conhecimentos filosóficos, políticos, artísticos e científicos que estavam em efervescência na Europa.



estatal. Havia, neste sentido, uma aparência criada para fortalecer a ideia de que a imprensa não ameaçava o Estado e este incorporava a doutrina liberal no âmbito de suas reflexões e deliberações (Ibid., p. 106). Ademais, a imprensa em território brasileiro conseguiu ganhar reconhecimento ao se apresentar enquanto instrumento essencial para a prática política, adentrando inúmeros grupos, tais como facções, partidos, manifestações, etc. Lavina Ribeiro aponta algumas particularidades quando fala da “imaginação de uma esfera pública no Brasil”:

Algumas características do modelo habermasiano não se aplicam ao caso brasileiro, como, por exemplo, a vinculação da defesa de um modelo liberal da prática política e de institucionalização da imprensa a um projeto defendido sobretudo pela burguesia e, daí, a atribuição aos jornais de um papel *mediador* do interesse da sociedade civil junto ao Estado monárquico. Estas demarcações são particularmente importantes para a evidência de uma das principais singularidades da formação do espaço público brasileiro e de suas instituições: o fato de que ele se desenvolveu sem a presença da burguesia como categoria histórica central ou decisiva (RIBEIRO, 2004, p. 106).

Ao fazermos um paralelo entre o conceito habermasiano de esfera pública burguesa com a esfera pública brasileira, podemos dizer que os marcadores sociais e históricos da Europa Central não se verificam no caso brasileiro. No entanto, com a proliferação de espaços comunicativos em democracias liberais onde ocorrem debates públicos de temas de interesse de uma coletividade, vemos configurações, por toda parte, desse *site* chamado de esfera pública. O que nos leva a nos debruçarmos não sobre a existência ou não mais perene desse *locus* discursivo em nossas sociedades, sobretudo em países com instituições democráticas mais frágeis, mas nos parece mais pertinente interrogarmos sobre quando é esfera pública? Neste sentido, observamos que a popularização do acesso à rede e a quantidade de conteúdo informacional favoreceram a inserção de mais indivíduos no debate argumentativo, que antes não tinham acesso a essa interação comunicativa (LATTMAN-WELTMAN, 2015; 2017). Portanto, surgem novas identificações sociais, ideologias e grupos políticos que contrariam o *status quo*. Apesar de haver uma fragmentação da comunidade política causada pela inserção de novas identidades no debate argumentativo, há ainda princípios e uma linguagem comum em favor de uma argumentação pública, isto é, a esfera pública não desapareceu, mas sofreu mudanças estruturais, inclusive no Brasil (GOMES, 2020).

Em *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, o próprio Habermas (1997) retoma a sua teoria da esfera pública para dar conta das mudanças estruturais desses espaços comunicativos e observa que estes não desapareceram, mas precisam ser identificados a partir de novas formas de configurações. Essas esferas, explica Habermas, diferenciaram-se por níveis, segundo a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e da sua abrangência. Assim, o autor destaca três modelos de esfera pública: 1) *esfera pública episódica*

(ambientes como bares, cafés, encontros em vias públicas, sem serem necessariamente previstos); 2) *esfera pública de presença organizada* (reuniões de familiares, público de teatro, concertos, encontros de partidos, congressos), ou seja, são espaços de encontros previstos; 3) *esfera pública abstrata* (são espaços configurados na e pela mídia, leitores, auditores, espectadores singulares ou agrupados globalmente), trata-se às vezes de cenas virtuais, arenas de comunicação arranjadas, produzidas por profissionais. É nesta última modalidade de esfera pública que concentraremos a nossa análise daqui para frente.

### **1.1 Viradas da esfera pública contemporânea em tempos de redes sociais online**

Estamos explicitamente vivendo uma nova forma de sociabilidade propiciada pela internet, que materializa uma esfera pública digital com novas práticas comunicativas verbais e não verbais (memes). Levando-se em conta o desenvolvimento e a popularização da internet, houve significativos debates para discutir se com o aumento do volume de informações circulando nos novos meios comunicativos digitalizados haveria um potencial social, político e democrático atrelado a esta rede de computadores e que atualmente abrange, sobretudo, aparelhos móveis. Acreditou-se, portanto, que o ciberespaço permitiria aos cidadãos não somente uma comunicação entre si, mas também uma resolução de questões de interesse coletivo, acessível para grande parte da população. Verifica-se que o mundo online proporciona conteúdo disponível a todo e qualquer instante, em que o usuário possui a autonomia para criar, compartilhar e reproduzir publicações (SILVA e TESSAROLO, 2016). Para além disso, vigorou a ideia de que o espaço online disponibilizou ferramentas e deu voz para aqueles que eram marginalizados, invisibilizados pela sociedade, auxiliando em campanhas de combate a atitudes preconceituosas e principalmente tratando sobre a intolerância com relação às minorias (LOPES et al, 2020). Mais que isso, se torna também uma fonte autônoma de notícias com um público diversificado (MAGNONI e CAMARGO, 2017).

Outro fator que pode ser atrelado à popularização do acesso à rede é o aumento de *accountability*, isto é, como demonstra Fernando Lattman-Weltman (2017), os eleitores parecem estar mais atentos e aparelhados institucionalmente para verificar o que os seus mandatários públicos estão fazendo – ocorrendo um intensivo aumento de transparência pública. A devida revolução tecnológica (termo que o próprio autor supracitado utiliza) amplia e produz versões e interpretações sobre qualquer fato, narrativa ou argumento. Por outro lado, o espaço online viabiliza a demonização de grupos, partidos e correntes ideológicas, promovendo a propagação de maniqueísmos proto-fascistoides (Ibid., p. 52). Com o aumento de consumidores online, ávidos pelos conteúdos disponibilizados nas redes sociais, adentramos

também um processo de polarização e radicalização, ampliando uma participação argumentativa nos debates. A ocupação das redes sociais no cotidiano dos indivíduos, em termos de esfera pública, pode dissolver a fronteira que delimita o “público” e o “privado”, repensando uma nova forma de "mudança estrutural da esfera pública" (LATTMAN-WELTMAN, 2017).

Em termos de polarização, Machado e Miskolci (2019) afirmam que as redes sociais revelaram a diferença em vários campos, de ideologias, de opiniões, e de pensamentos que não eram expressamente públicos. Todos esses elementos corroboram para a geração de conflitos. Esta distinção que se sobressai nos ambientes online de interação incentiva indivíduos a respostas indignadas, apaixonadas ou até mesmo a projeção de preconceitos (Ibid., 960). Tal fenômeno nos revela um maniqueísmo já presente na sociedade baseado na exposição da opinião alheia, objeto de pesquisa dos autores supracitados. Isto se coaduna estritamente com as vertentes políticas conservadoras que reascendem globalmente, sobretudo no contexto de eleições de diversos países. Através dos resultados obtidos pela sua tese, Fábio de Lima (2020) analisa as publicações de redes sociais sob uma ótica político-partidária no Facebook, com um olhar voltado para o Brasil e a Argentina. Ele observa que de fato, atualmente, há um enfrentamento direto, negação de opinião e a formação de comunidades virtuais ideologicamente posicionadas, contribuindo significativamente para um cenário de “nós contra eles”.

Outro aspecto de demasiada relevância que fomenta a polarização na sociedade é o fluxo de dados que grandes empresas possuem sob seu domínio, como Google e Facebook, ademais de outras. Possuir tamanha quantidade de informação de milhões de usuários modifica a experiência destes em seus perfis digitais, em outras palavras, o algoritmo incorpora a preferência do internauta pelos conteúdos que ele gostaria de ver, descartando produtos, ideias e conhecimentos que vão contra os seus ideais e gostos (ANTUNES, 2016). Neste sentido, é interessante analisar a convocação de manifestações políticas no Brasil, que foram retroalimentadas pelas mídias digitais, possuindo alta adesão de indivíduos e impacto significativo na atuação dos parlamentares:

No caso do Brasil, que teve o boom das manifestações em junho de 2013, além da convocação pública para a participação nas manifestações, as curtidas e os compartilhamentos de conteúdos gerados, tanto pela imprensa como por indivíduos em iniciativa própria, ofereciam, cada vez mais, conteúdos marcados pela polarização (LIMA, 2020, p. 8).

As redes sociais se tornam um terreno fértil para grupos políticos que desejam manipular a informação e alcançar seus objetivos, exibindo narrativas e interpretações personalizadas da realidade. A brecha causada por uma sociedade conectada no Brasil criou oportunidades tecnológicas para grupos de interesse que levantam discussões morais acerca da “luta contra a corrupção”, “ameaça comunista” e “ideologia de gênero” (MACHADO e MISKOLCI, 2019), impulsionando candidatos da extrema direita durante pleitos eleitorais. Desse modo, as relações políticas foram modificadas pela Web 2.0 que, ao mesmo tempo em que há o fortalecimento da polarização e de conflitos, acentua-se também uma narrativa anti-institucional e antiprotocolos (Ibid., p. 961).

Com a ascensão das TICs, a internet fortaleceu a ideia de uma prática comunicacional livre para o exercício de pensamento, promovendo a diversidade cultural e a democratização do debate público. Entretanto, conforme explicitado anteriormente, constatamos configurações divergentes na Web, em especial as redes sociais, afetando a política, a informação, a comunicação e a sociabilidade (SILVA, 2019). Com impacto significativo no nosso cotidiano, o efeito das redes sociais na sociedade e, principalmente, nos pleitos eleitorais de vários países, como os Estados Unidos em 2016, a França em 2017, e o Brasil em 2018, ascendeu o debate acerca da era da pós-verdade, em que há uma problematização causada por uma desordem informacional nas plataformas digitais de sociabilidade. Ocorre, por conseguinte, a influência de apelos emocionais sob os indivíduos, ao invés das suas ações serem guiadas por fatos objetivos.

Característica de uma sociedade em rede, a sociabilidade no plano virtual estabelece filtros-bolha, que nos termos de Lucia Santaella (2020), podem ser concebidos enquanto câmaras de eco que circulam abusivamente o mesmo conteúdo, prevalecendo um ecossistema individual e coletivo de informação baseado na repetição de crenças. Este fenômeno é explorado pelas poderosas companhias de tecnologia e ajuda a traçar perfis de usuários, assim como a sua bolha pertencente (Ibid., p. 7). Logo, os grupos identitários que se formam no Facebook, WhatsApp e derivados são frutos de uma mesma visão de mundo, valores similares e senso de humor idêntico. Em seu livro, Santaella reitera que há menos probabilidade para a diversidade de informações no espaço online, em outras palavras, as pessoas têm mais risco de cair nas armadilhas das bolhas coletivas, mesmo utilizando motores de busca. Acrescentado a isto, vemos a existência de páginas online, jornais, revistas e canais de televisão que se alinham com vieses ideológicos específicos, satisfazendo um público que assente com as opiniões emitidas. Freitas (2019) alega que nas plataformas sociais prevalece um *confirmation bias*: “o

aumento na confiança em opiniões em função de uma falsa noção de que elas possuem maior aceitação” (Ibid., p. 19). De forma ilustrada, há uma divisão automática de usuários categorizada pelas próprias redes sociais, priorizando contatos que compartilham convicções e crenças homogêneas. Concomitante a isto, o consumo de notícias no ambiente digital reforça a hipótese da influência da bolha no fortalecimento de preconceitos. Baseado nestes argumentos, é interessante analisar como as notícias são produzidas, disseminadas e interpretadas:

Tradicionalmente, na era hegemônica da comunicação de massas, as notícias eram fabricadas em fontes restritas, relativamente confiáveis na medida em que deveriam seguir práticas baseadas em códigos estritos de deontologia, ou seja, o conjunto de deveres, princípios e normas adotadas por um determinado grupo profissional, nesse caso, a profissão de jornalista. A partir da emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, surgiram novos modos de publicar, compartilhar e consumir informação e notícias que são pouco submetidos a regulações ou padrões editoriais (SANTAELLA, 2020, p. 17).

Esta mudança na forma em como as notícias são feitas, consumidas e disseminadas opera uma nova lógica de funcionamento nos ambientes digitais, em que o conteúdo é valorizado pelo número de engajamento recebido: quanto maior a visibilidade, melhor o seu desempenho entre os internautas. Ocorre, portanto, uma valorização do volume de tráfego que cada publicação obteve, ao mesmo tempo em que há a produção de notícias com títulos sensacionalistas, fomentando a estratégia do *clickbait*. Esta tática de agir conforme a quantidade de tráfego que um *post* recebeu exhibe o modo de propagação das informações nas redes sociais, que priorizam o apelo ao emocional (Ibid., p. 17).

Enquanto *locus* de informações falsas, as plataformas online de sociabilidade se tornam um ambiente propício para a desinformação, gerando desconfiança e exibindo características de manipulação, ao operar com estratégias de grupos políticos que visam angariar maior apoio para as suas ideologias e candidatos, assim como também na disseminação do caos informacional na internet. Nos defrontamos então com uma série de problemas, sendo alguns deles: conteúdos políticos falsos; notícias com potencial enganoso; e disseminação de mensagens em massa com o objetivo de perseguir figuras públicas políticas e causar danos. Ainda de acordo com os escritos de Lucia Santaella, a pesquisadora afirma que a categoria de notícias falsas que mais se propaga no ambiente digital é a de política, seguida de negócios, ciência, entretenimento, dentre outros (Ibid., p. 23). Baseado nestes dados, verificamos como a nossa relação com a mídia se torna mais complexa, levando-se em conta os impactos para as nossas relações sociais, formação de opiniões e construção de visões de mundo trazidos pelo avanço tecnológico. De acordo com Barbosa (2019), se torna essencial desenvolver e colocar

em prática o conceito de alfabetização midiática, tendo em vista o modo de funcionamento das TICs. Sendo assim, é extremamente relevante uma análise crítica frente ao consumo das informações na internet, sendo necessário o desenvolvimento de uma estratégia para reconhecer as notícias enganosas, examinando veículos de comunicação e outros dados, como fontes, data, local de publicação e autoria.

Juntamente com o termo “desinformação”, percebemos a popularização também da palavra fake news, que denota preocupação de pesquisadores com as notícias maliciosas disseminadas na web atualmente, caracterizando o domínio das plataformas online no âmbito da sociabilidade e no ato de se informar. Alguns pensadores vão afirmar que vivemos em uma infosfera (LEITE e MATOS, 2017), devido a quantidade de informações disponíveis, em que o próprio indivíduo não consegue absorver toda a carga informacional que é direcionada a ele. Nesta perspectiva, o poder de criticidade na internet se enfraquece, afetando tanto a leitura quanto a interpretação, contribuindo para a presença da poluição informacional, ao mesmo tempo que fortifica propagadores de fake news (Ibid., p. 2336). Tais aspectos não fortalecem, pelo contrário, fragilizam e, até, comprometem configurações potenciais de esferas públicas, apontando, inclusive, para o fenômeno da patologização desse espaço, quando há um forte déficit de debates argumentativos em favor da banalização de fatos, dados e da renúncia à liberdade de criticar forças e atores externos que nos alienam, submetem e sujeitam.

Como já ficou demonstrado, a característica marcante deste fluxo de informações é a velocidade, sendo esta um fator determinante para que o conteúdo compartilhado se alastre tão rapidamente dentro das bolhas. Interessante analisar que para além da interatividade, as fake news podem se constituir enquanto uma indústria que visa atrair a atenção para desinformar o leitor e obter alguma vantagem política e econômica sobre ele ou ela (BRAGA, 2018). Não restritas somente às mensagens de texto, as informações enganosas também se materializam de forma audiovisual, ou seja, em montagens e memes (imagens, vídeos e gifs de tom humorístico). Com base nisso, a amplificação do conteúdo pode ser atribuída quando o espectador não só busca a informação na internet, mas também interage com ela, amplificando-a de maneira intensa na sua rede de contatos.

Renê Braga (2018) nos mostra que antes da ascensão das redes de computadores, um veículo de comunicação poderia enfrentar graves problemas, até mesmo processos penais, caso divulgasse alguma notícia falsa. No Brasil, inclusive, contamos com o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), que estabelece os princípios, garantias, deveres e direitos para o uso da

internet no país: lei ordinária federal de iniciativa do Poder Executivo publicada em 2014. Ademais, entre 2019 e 2020, tivemos no Congresso Nacional a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News<sup>3</sup>, que visou investigar os ataques cibernéticos que atentaram contra a democracia e o debate público durante as eleições de 2018, assim como a prática de cyberbullying presente nas redes de computadores. No entanto, no contexto atual, fica comprovadamente explícito que, além de mais barato, propagar fake news é mais fácil, pois possui difícil rastreamento e o conteúdo se torna viral de modo célere (Ibid., 208). As notícias falsas e seus propagadores se aproveitam de ambientes altamente polarizados politicamente para reafirmar críticas e pré-conceitos contra determinados grupos, robustecendo a intolerância e o ódio (PARDO, 2022).

Segundo Silva (2022), a alta proliferação de fake news no espaço online despertou um novo elemento no compartilhamento de conteúdo: o discurso de ódio. Ao utilizar o argumento da “liberdade de expressão”, milhares de usuários do Facebook, Telegram, Twitter, etc., reproduzem frases de repulsa, hostilidade, afirmando que é apenas uma livre manifestação de pensamento (Ibid., p. 22). Ao se apropriarem dos aparelhos móveis tecnológicos, os sujeitos sentem uma sensação de segurança, de não identificação, cenário propício para a materialização plena de uma “liberdade de expressão”. Sendo assim, o anonimato possibilitado pela internet é um verdadeiro instrumento para a intolerância.

No Brasil, um cenário exemplar de evidência empírica, para ilustrar uma verdadeira campanha de desinformação com disparo em massa de fake news, eivada do discurso de ódio, são as eleições presidenciais de 2018. Em um trabalho detalhado sobre o último pleito eleitoral brasileiro, Azevedo Jr. (2021) investiga a estratégia de desinformação utilizada pelo então candidato Jair Bolsonaro (PSL). Apesar de ter existido o disparo de informações enganosas a favor de Fernando Haddad (PT), a estratégia comunicacional bolsonarista obteve maior sucesso com uma quantidade infinitamente superior de polêmicas e fatos alternativos. Bolsonaro tentou concentrar em sua figura não somente os valores das Forças Armadas (nacionalismo e patriotismo) e da família, reverberados pelo conservadorismo de direita, como também criou um discurso para que a opinião pública o concebesse como um concorrente *anti-establishment* e *outsider*, com discurso anticorrupção e contrário ao “toma lá, da cá”<sup>4</sup>. Azevedo Jr. (2021) também nos mostra que atualmente predomina uma perda de importância dos partidos, em prol

---

<sup>3</sup> CPMI – Fake News. 21/08/2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

<sup>4</sup> Expressão constantemente utilizada para designar troca de favores.

do fortalecimento do personalismo político, isto é, os eleitores anseiam por uma renovação partidária. Deste modo, surge um marketing pessoal com foco em personalidades e trajetórias políticas (Ibid., p. 91).

Eduardo Maranhão et al (2018) afirmam que não há dúvidas que a campanha de Jair Messias Bolsonaro (PL) foi articulada e impulsionada pelas fake news, associando sua imagem com a “defesa da família tradicional brasileira”, assim com outros temas que foram alvos de debate durante as eleições de 2018, como o combate à “ideologia de gênero” e o “kit gay” – informação enganosa que asseverou que uma cartilha sexual foi compartilhada nas escolas públicas paulistas, durante a gestão do ex-prefeito Fernando Haddad. Não obstante, se tratava de um material que visava combater a homofobia nas escolas, integrado ao Projeto Escola Sem Homofobia, vetado pela ex-presidenta Dilma Rousseff por pressão parlamentar (Ibid., p. 69).

Tamanho foi o caos informacional durante as eleições que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou parcerias com agências de checagem de fatos para evitar a disseminação de notícias falsas<sup>5</sup>. Ganham destaque a Agência Lupa, Aos Fatos, Boatos.org, Comprova, E-Farsas, Fato ou Fake, e o trabalho da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Por outro lado, Taís Seibt (2018) acredita que a iniciativa de *fact-checking* foi pouca efetiva para frear a desinformação durante as eleições, principalmente porque contas de WhatsApp e Instagram são restritas, em sua grande maioria, para amigos e familiares, recheadas de má-informação compartilhadas em grupos, sendo algo inalcançável para as agências de *fact-checking*. Mesmo assim, há de se reconhecer o impacto positivo que este projeto possui para a democracia, dispendo de validade empírica no jornalismo (Ibid., p. 138).

Loureiro (2020) em sua dissertação correlaciona o fenômeno da desinformação com a perda de legitimidade da grande imprensa, através do termo “Isso a Globo não mostra”, sendo um sintoma da crise que a mídia de massa está vivenciando. Este jargão frequentemente utilizado nas plataformas online de socialidade se refere a uma convocação e manifestação de um público que visa se contrapor ao poder do canal de televisão – com maior audiência no país<sup>6</sup>. Entretanto, como a própria pesquisadora constata, esta atitude de oposição contra o poder do canal de televisão pode fomentar o compartilhamento de notícias falsas (Ibid., p. 15). Em

---

<sup>5</sup> Parceria entre Justiça Eleitoral e agências de checagem de fatos evitou disseminação de notícias falsas no 2º turno das eleições. 29/10/2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/parceria-entre-justica-eleitoral-e-agencias-de-checagem-de-fatos-evitou-disseminacao-de-noticias-falsas-no-segundo-turno-das-eleicoes>. Acesso em: 22 jun. 2022.

<sup>6</sup> Veja o ranking de ibope da TV aberta. 04/02/2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2022/02/04/veja-o-ranking-de-ibope-da-tv-aberta-redetv-ja-ronda-o-traco.htm>. Acesso em: 23 jun. 2022.



um contexto de extrema polarização que estamos vivenciando atualmente, entre esquerda e direita, o caos informacional se fortalece intensamente. Ainda que a mídia de massa possua alta influência e poder político para manipular a opinião pública, ela tenta demonstrar a sua relevância garantindo ao leitor/ouvinte, internauta e telespectador o seu compromisso com a “verdade”:

Afinal, para se manter informados, muitos preferem recorrer às redes sociais. As conversas no Twitter, por exemplo, de forma instantânea alertam caso haja algum problema na cidade que impossibilite chegar ao trabalho; enquanto a grande mídia irá focar nos assuntos que interessam a ela, com seu enquadramento focado nas áreas mais nobres e dentro dos seus interesses políticos, ou pelo menos, dos proprietários do negócio (tendo sempre em mente os anunciantes). (LOUREIRO, 2020, p. 160).

Observa-se que todos esses elementos inserem o jornalismo num papel secundário, em que as redes sociais assumem o protagonismo do ato de se informar. Mesmo assim, se torna necessário esclarecer que, apesar da ascensão de plataformas como Facebook, WhatsApp, Instagram, etc. os meios de comunicação de massa ainda são extremamente relevantes, como Loureiro (2020) demonstra, discorrendo sobre a atuação de Bolsonaro com as emissoras Record e SBT. Neste sentido, a grande mídia tenta retomar o seu poder de influência, o que é evidenciado pelas agências de *fact-checking*, não obtendo muito sucesso e êxito em sua estratégia para combater a desinformação. De acordo com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts<sup>7</sup>, em pesquisa realizada entre 2006 e 2017 no Twitter, as notícias falsas têm 70% mais chances de serem retransmitidas, especialmente quando se trata de política.

A retórica do conteúdo desinformativo, como Baptista apresenta em seu trabalho (2020), é permeada por uma imposição da mentira sobre a verdade. Não somente através de uma repetição da informação, as notícias falsas exploram as emoções e os sentimentos do leitor para que sejam simbolizadas e lembradas em sua audiência. Este apelo emocional recorre a paixões partidárias, religiosas e ideológicas, se sobrepondo à razão e ao raciocínio no processo de debate (Ibid., p. 50). Curioso de se analisar também é a linguagem utilizada pelas informações enganosas, geralmente moldada por uma simplicidade, textos curtos, atrativos e humorísticos. As afirmações de Baptista (2020) vão de encontro com o que Loureiro (2020) havia encontrado em sua pesquisa, durante os processos de observação no Twitter: o ressentimento é a base comunicacional das relações políticas, sobretudo durante as eleições de 2018. Com impacto negativo na democracia, o ressentimento bloqueia o diálogo e insere as pessoas não como

---

<sup>7</sup> Pesquisa: notícias falsas circulam 70% mais do que as verdadeiras na internet. 10/03/2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2018-03/pesquisa-noticias-falsas-circulam-70-mais-do-que-verdadeiras-na>. Acesso em: 28 jul. 2022.

opositoras, mas como verdadeiras inimigas da sua verdade pessoal e moral (LOUREIRO, 2020), causando rancor e impossibilitando o debate.

Segundo Lage e Saraiva (2021), a práxis discursiva da política do ressentimento de Bolsonaro no Twitter, uma das principais plataformas utilizadas por ele, denota a mobilização de uma estratégia que se apoia na expressão dos sentimentos e construção dos apelos afetivos. Suas principais formas de manifestação se exteriorizam numa nítida tática de confrontação; exploração de antagonismos morais; e a frequente postura assumida de vítima (em que há uma suposta perseguição política contra seu governo, sobretudo pela imprensa), de agente político de mudança ou de neutralidade ética e “ideológica”. De modo retórico, também há postagens provocativas contra os adversários políticos, algumas delas com a presença de violência (LAGE e SARAIVA, 2021, p. 148).

Arthur Silva (2022) categoriza os usuários tóxicos que habitam a internet de forma maliciosa em quatro grupos: *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*, sendo que estas denominações são definidoras de acordo com os seus comportamentos no espaço online. Os *trolls* são responsáveis por causar tumultos, gerando comoção em comunidades virtuais através de mensagens que causam irritação, indignação e ataques. Os *fakers* são os indivíduos que agem com a intenção de enganar os outros usuários com a desinformação, utilizando até mesmo a aplicação de golpes financeiros (Ibid., p. 26). Silva (2022) associa os *fakers* com a mentira e a criação de perfis falsos para a prática de crimes ou circulação de informações enganosas. Por outro lado, a categoria *hater* é usada para designar usuários com atitudes hostis e gratuitas, disseminando um verdadeiro discurso de ódio. Finalmente, os *bullies* são diferenciados por uma versão mais agressiva, com atos violentos e intencionais.

Além desses termos, há outras nomenclaturas que são interessantes para analisar, quando se tem contato com a literatura sobre fake news: desinformação (notícias falsas deliberadamente propagadas para prejudicar uma pessoa ou grupos); misinformation (informação compartilhada sem a intenção de causar danos); e má-informação (notícias baseadas em fatos reais, mas que ainda sim são pensadas para produzir prejuízos para a imagem de alguém). De acordo com Azevedo Jr. (2021), fake news é um termo abrangente e impreciso, que inclui notícias verdadeiras descontextualizadas, discursos polarizados e informações estrategicamente pensadas para suscitar dúvidas e desconfiança. Portanto, esta divisão de palavras feita acima se torna essencial para especificar as informações que são disseminadas na internet, com notável impacto no debate público e nas relações políticas. Tamanho são os efeitos da desinformação na sociedade que surgem efeitos corrosivos para a esfera pública digital, prejudicando a premissa da livre troca argumentativa e da liberdade de expressão, que são

utilizadas para robustecer a polarização e perseguir usuários nas redes sociais, seja por convicções políticas, religiosas, monetárias ou morais. Unida a essas implicações negativas, verificamos a manipulação de perfis reais e a utilização de *bots*<sup>8</sup> para influenciar o debate público. Esta ferramenta foi essencial durante a campanha de Bolsonaro em 2018, responsável pela automotização do compartilhamento em massa de conteúdos enganosos por meio do uso de contas de usuários em redes sociais (TEIXEIRA e JUNIOR, 2020, p. 331).

Magrani e Oliveira (2018), a partir da obra de Habermas sobre a esfera pública burguesa e a teoria da ação comunicativa, fazem um paralelo com os processos (pseudo) dialógicos que se movem para o ambiente virtual. De forma resumida, a ideia dos autores é destacar a concepção segundo a qual a esfera pública se referiria a grupos diversos de uma sociedade múltipla, que partilham de argumentos e discussões através da esfera pública, construindo problemas e soluções em comum. Habermas (2014) faz uma distinção entre sistema (mundo do trabalho) – moldado pelo poder e pelo dinheiro –, e mundo da vida, constituído pelos espaços públicos e privados, representado na interação entre as pessoas, orientadas pela língua ordinária e a ação comunicativa (Ibid., p. 13). O que os pesquisadores aqui citados chamam a atenção é justamente o alerta de Habermas sobre a “colonização do mundo da vida”, causando a redução da cidadania e a transformação dos cidadãos.

Assim, as plataformas digitais com o seu potencial democrático, comunicativo e dialógico não se constituem, necessariamente, em *locus* de debates argumentativos. Mesmo que de fato haja discussões mais acaloradas nas redes sociais, podendo se confundir com os princípios da esfera pública habermasiana, muitas trocas de mensagens passam a ser permeadas por uma linguagem agressiva e autoritária em ataques a mentalidades e políticas progressistas. Para além disso, o efeito dos filtros-bolha corrói as premissas democráticas do *locus* comunicativo, a partir da negação do não-idêntico que se alinha com a disseminação do discurso de ódio e do sentimento destrutivo para com os inimigos. Magrani e Oliveira (2018) também acrescentam que as câmaras de eco limitam o debate público, afastando pontos de vista divergentes e empobrecendo os valores da esfera pública virtual.

Baseada nesta conjuntura, a tomada de decisões sofre intervenções de agentes não-humanos, mediados pela inteligência artificial (*bots*). Esta interferência é sobretudo instrumentalizada para angariar seguidores – aumentando a audiência de personalidades

---

<sup>8</sup> Termo originário do inglês e que se refere a *Robot*. Os robôs nas redes sociais são bastante utilizados para reproduzir atividades humanas, com potencial influenciador na política e, conseqüentemente, em pleitos eleitorais, manipulando a opinião pública através da replicação em massa de mensagens em aplicativos de comunicação instantânea.

públicas políticas sensacionalistas –, e compartilhar mensagens em grandes medidas em favor de algo ou alguém.

Inerente à disseminação em massa de notícias falsas, constatamos a formação de diversos públicos na esfera pública digital, podendo ser de presença organizada ou não (HABERMAS, 2014). Segundo Michael Warner (2016), definir um público é uma questão complexa, sendo um alto custo descrever exatamente o que é. Entretanto, ele afirma que a palavra se refere a uma totalidade social e também a um público em geral. Com mais de um significado, um público pode ser uma plateia ou uma multidão num espaço visível. Possui sentido de totalidade, definido pelo evento ou espaço que está sendo compartilhado. De acordo com o autor:

Um público é um espaço de discurso organizado por nada além do próprio discurso. É autotélico; ele só existe como finalidade para a qual os livros são publicados, os programas de TV são difundidos, sites da internet recebem postagens, discursos são distribuídos e opiniões são produzidas. Ele existe em virtude de ser destinatário (WARNER, 2016, p. 2).

A esfera pública burguesa pressupõe um discurso público como uma população, não sendo apenas um conjunto de pessoas. Em Warner (2016), é perceptível que uma das características essenciais do público, além da auto-organização, é ser autocriado (lugar que advém o seu poder). Ademais dessa definição essencial, se torna necessário delimitar o conceito de contra-público. Neste sentido, este pode ser designado como um público subalterno, indo contra questões culturais e ideias de um público dominante. A título de exemplificação, alguns autores vão dizer que mulheres, trabalhadores, pessoas não-brancas, etc., podem ser concebidas como um contra-público subalterno. A sua essencialidade é o endereçamento de um discurso a destinatários indefinidos (Ibid., p. 16). Mas, os contra-públicos não são marcados apenas pela subalternidade e busca de um lugar contra-hegemônico de fala, mas também pelo reacionarismo a gestos e mentalidades progressistas.

Em sua tese, Camila Rocha (2018) investiga a formação de uma nova direita brasileira ultraliberal-conservadora através da constituição de contra-públicos digitais durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. A cientista social afirma que o conceito de contra-público é “utilizado para compreender a atuação de grupos que não defendem, ou são contrários, à expansão de direitos de populações subalternas na esfera pública, incluindo grupos de direita” (ROCHA, 2018, p. 24). Este conceito surgiu para apontar as insuficiências da obra de Habermas sobre os potenciais democratizantes da esfera pública (Ibid., p. 25). Entretanto, como a própria autora observa, a contra-publicidade necessariamente não remete a grupos subalternos. Assim, com a popularização da internet, surgem contra-públicos da esquerda e da direita. Portanto,

Rocha (2018) defende que podem existir os contra-públicos mais diversos, a depender da conjuntura e das oportunidades existentes, bem como das alianças feitas com outros públicos.

De acordo com a pesquisadora (ROCHA, 2018), os contra-públicos digitais da direita ocuparam a internet para manifestar as suas opiniões políticas contra e durante o contexto do Governo Lula, mas não ganharam tanta força, já que o ex-presidente contava com uma popularidade alta. Ainda de acordo com sua tese, é destacado que aos poucos a direita foi assumindo a sua verdadeira face, ocupando as ruas, o que culminou nos protestos de junho de 2013 (Ibidem, p. 112).

Rocha ressalta que foi somente após a reeleição do Governo Dilma, em 2014, somado ao declínio da economia, assim como os desdobramentos da operação Lava Jato<sup>9</sup> presentes na mídia, que houve de fato uma materialização da nova direita brasileira, resultando numa frente ampla ultraliberal-conservadora que possibilitou a chegada de Jair Bolsonaro ao centro do poder público (Ibid., p. 112).

As redes sociais e os fóruns digitais se tornam um fator chave e influenciável, levando-se em conta o potencial organizador de públicos subalternos diferentes. Para além disso, os ideais radicais de contra-públicos da esquerda e da direita são marginalizados pela mídia *mainstream*, o que faz com que a internet seja um espaço para angariar um número maior de interlocutores, ademais dos “guetos radicais” (ROCHA, 2018, p. 19).

O fenômeno dos contra-públicos reacionários ao progressismo dos direitos universais e de minorias que se popularizaram nas redes sociais online se alinham ao que Voirol (2011) vai chamar de “patologização da esfera pública contemporânea”, na medida em que a internet necessariamente não fortalece o debate público, quando frequentemente é utilizada para a expressividade de grupos sociais conservadores da extrema direita, resultando na polarização, proliferação do discurso de ódio e de notícias falaciosas.

Voirol (2011) chama a atenção, em compasso com os filósofos sociais frankfurtianos, que as patologias da EP, identificadas em novas e velhas democracias, podem ser consideradas como fruto de contradições e de incongruências tocando à realização do Projeto Moderno, da razão, levantado, inicialmente, pelo movimento burguês de emancipação e em seguida radicalizado pelo movimento operário. Assim, mecanismos políticos e econômicos produtores de patologias estão no cerne de formas retóricas e modos de agitações fascistas. Esta forma assumida pela política que dispensa conteúdos argumentativos e justificativos participa da

---

<sup>9</sup> Operação de combate à corrupção e lavagem de dinheiro deflagrada em março de 2014. A investigação apontou irregularidades na Petrobras e contratos vultosos, com o envolvimento de parlamentares, organizações criminosas e participação de agentes públicos, além de doleiros e empresários que foram julgados pela Justiça Federal.

destruição da esfera pública enquanto espaço plural e de questionamentos, de investigação coletiva e de constituição e tratamento de problemas públicos, para os quais compete à ação política fornecer respostas. Ao invés de dirigir as críticas aos elementos sociais, políticos e econômicos, o alvo recai sobre aspectos culturais, nacionais, étnicos, religiosos, comunitários relativos ao quadro dos costumes e pertencimentos coletivos. Prevalece a ideia da defesa de uma coletividade homogênea, sem mencionar as desigualdades sociais como um dos maiores problemas públicos globais.

## **2. A constituição de contra-públicos bolsonaristas nas redes sociais da internet**

Ao tratar da popularização das redes sociais como *locus* de um público alinhado aos valores da extrema direita, se torna necessário delimitar e destrinchar o significado do conceito *bolsonarismo*, que ganhou notoriedade e importância em inúmeros trabalhos acadêmicos. Em sua monografia, Cadore (2021) faz uma linha do tempo, utilizando diversos autores, para destacar como a figura de Bolsonaro ganhou notoriedade, sendo que o bolsonarismo vai muito além da sua imagem, mas que concentra na figura do ex-deputado federal valores do antipetismo, as insatisfações das manifestações de junho de 2013, bem como a possibilidade de Bolsonaro como uma alternativa anti-sistêmica (Ibid., p. 14). Ao mesmo tempo, observa-se o avanço global de líderes do espectro político das novas direitas, mesmo com suas particularidades nos países estrangeiros (CADORE, 2021). De acordo com Daniel Aarão Reis,

Trata-se de uma extrema direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (AARÃO REIS, 2020, p. 03).

Através de uma revisão de literatura, Marcelo Cadore afirma que ainda há embates e uma preocupação para definir o conceito de bolsonarismo, seu objeto de estudo, pois há inúmeros trabalhos e publicações que nomeiam, classificam e conceituam a palavra de maneira diferente. O cientista social assevera que o tema abordado em seu projeto de pesquisa possui raízes na política brasileira e na sociedade, sendo que suas características generalizantes se relacionam com o passado colonial escravocrata, permeado pelo classismo, racismo e sexismo (CADORE, 2021, p. 16). Bernardo Ricupero, doutor em Ciência Política pela USP, afirmou que “o bolsonarismo é muito mais recente e aparentemente menos assentado na história brasileira. (...) é basicamente o resultado do desmoronamento do governo Dilma Rousseff e do regime político instaurado com o fim da ditadura” (RICUPERO, 2021). Portanto, apesar do fenômeno ser recente, ele está interligado com fatos históricos brasileiros do passado, enraizados na sociedade civil.

Ainda utilizando o trabalho de Cadore (2021), o autor reitera que a primeira menção ao termo bolsonarismo foi feita por Conrado Hübner Mendes, docente da Faculdade de Direito da USP. A utilização do vocábulo foi abordada em um artigo de opinião publicado no jornal O Estado de São Paulo, na data de 13 de março de 2014. O jurista caracterizou o termo como um fenômeno que “não é de direita nem de esquerda, não é de oposição nem de situação, não é conservador nem progressista. Merece outro adjetivo porque não aceita, por princípio, a política democrática e as regras do jogo constitucional” (MENDES, 2014, p. 1)<sup>10</sup>. Nesta mesma linha de pensamento, Indursky (2020) tenta entender o bolsonarismo como uma forma de antigoverno, que se apoia numa retórica vitimista, promovendo sem limites uma circulação da desordem e da insegurança, gerando mecanismos de identificação para com os seus seguidores. O autor segue mais afundo e diz que Bolsonaro soube utilizar as insatisfações e a descrença na classe política, se aproveitando do cansaço da população em relação à corrupção e à insegurança (Ibidem, p. 160).

Aarão Reis (2020) faz uma análise profunda sobre o fenômeno do bolsonarismo, destacando que não se trata de um acontecimento isolado, mas sim de um episódio que foi alimentado por elementos internos e externos, que estavam em ascensão no país e no mundo. Com a chamada revolução digital ou tecnológica, houve um aumento intensivo do uso de aparelhos móveis da informática, que mais tarde assumiram um papel fundamental nos meios de comunicação e mídias sociais, impactando sobretudo as eleições no Brasil com a produção de notícias falsas. O autor vai mais além e frisa que não somente no território brasileiro, mas em países como os Estados Unidos, Europa Ocidental, Central, assim como também na Ásia, uma reação nacionalista tem ganhado bastante força, juntamente com elementos antidemocráticos e um conservadorismo social e religioso (Ibidem, p. 3). Logo, uma extrema direita vai se fortificando. Nas palavras de Reis (2020, p. 4), “o bolsonarismo é a face brasileira desse fenômeno”. Com base nisso, Daniel Aarão elenca três dimensões para compreender como o extremado da direita venceu as eleições em 2018: tradições autoritárias que marcaram a história da sociedade brasileira; a perda de força dos partidos políticos reformistas criados no contexto da Nova República, como PT e PSDB principalmente; e, finalmente, a última campanha eleitoral brasileira, em que Bolsonaro teceu importantíssimas alianças para consolidar a possibilidade da sua vitória, já que, de início, era dado como um candidato que não teria força para vencer a disputa eleitoral (Ibidem, p. 7). Isto é,

---

<sup>10</sup> Reféns do bolsonarismo. 13/03/2014. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,refens-do-bolsonarismo-imp-,1140280>. Acesso em: 09 jul. 2022.

Bolsonaro soube tecer importantes alianças com o capital financeiro (Paulo Guedes), apareceu como campeão da moralidade e da segurança (Moro), teceu e consolidou laços com as igrejas evangélicas (reação à pauta identitária dos costumes) e com outras forças conservadoras – as bancadas da “bala” (aparelhos de segurança e oficiais militares) e do boi (agronegócio de exportação). Em contraste com o que faziam Lula e o petismo, ampliou consideravelmente suas alianças, tornando-se estuário de uma ampla frente conservadora, bastante heterogênea, e que ia muito além das fronteiras estreitas da extrema direita, da qual Bolsonaro sempre foi expressiva liderança (AARÃO REIS, 2020, p. 8).

O filósofo brasileiro Renato Lessa (2020) diz que o bolsonarismo se refere a um fenômeno de descivilização, de desregulamentação das relações sociais e de atividades econômicas e empreendimentos mercantis, em compasso com o neoliberalismo conservador. Para o autor, o **Homo Bolsonarus** é o “homem novo” dos tempos distópicos. Lessa (2020) acredita que o neoliberalismo não é específico ao bolsonarismo, mas alguma coisa que se acrescentaria a ele. O autor, a partir de uma abordagem hobbesiana, em *Homo Bolsonarus*, sustenta que o bolsonarismo é um animal artificial em formação, mas, à diferença do fascismo,

não se trata de pôr a sociedade dentro do Estado [como no fascismo histórico], mas de devolver a sociedade ao estado de natureza; de retirar da sociedade os graus de ‘estatalidade’ que ela contém, para fazer com que se aproxime cada vez mais de um ideal de estado de natureza espontâneo: um cenário no qual as interações humanas são governadas pelas vontades, pelos instintos, pelas pulsões, e no qual a mediação artificial é mínima, ou mesmo inexistente. É essa a matriz do libertarismo bolsonarista (LESSA, 2020, p. 56).

O bolsonarismo seria composto “de estratos arcaicos da experiência histórica brasileira, sempre enriquecida com o passar do tempo” (LESSA, 2020, p. 59) e, ao articular vários componentes, forma um corpo discursivo.

Se a matéria bruta e originária do *homo bolsonarus* remete-nos a momentos arcaicos da sociabilidade brasileira, sua reunião em um corpo orgânico e ativo, dotado de uniformidade de linguagem e de propósitos, é fruto da implantação do novo animal artificial. O horizonte da novidade apresenta-se na perspectiva de promover, passo a passo, a desvinculação normativa entre Estado e sociedade: fazer do estado de natureza o ideal da sociabilidade (Ibidem, p. 60 e 61).

Lessa explica que a devolução da sociedade ao estado de natureza produz uma desigualdade artificial – ou seja, induzida –, cujos efeitos exponenciam os da desigualdade natural. O estado de natureza não é composto por sujeitos individuais iguais e equivalentes, ávidos e alegres para empreender, mas por uma assimetria longamente fixada na experiência histórica brasileira. “Eis aqui o terreno do *homo bolsonarus*.” Assim, “Ao dissolver os nexos normativos e regulatórios que conectam a vida social ao mundo público, abre-se um cenário de liberdade natural, de defesa da espontaneidade e dos instintos animais” (Ibid., p. 58).



Nesses termos, podemos pensar que os bolsonaristas tentam associar a sua indignação a princípios, a bens de ordem que consideram superior (Pátria Brasil e Deus), como uma tentativa de justificação, ultrapassando o contexto em que sua indignação encontraria a sua origem (combate à corrupção, desigualdades sociais).

Acauam Oliveira (2020) relaciona a performance de Bolsonaro nas redes sociais com aquilo que é tosco e precário. Na compreensão do autor, é como se estivéssemos sempre diante de um grande “meme”. Este comportamento adotado no meio virtual anda em conjunto com a construção da imagem de um político *anti-establishment*, elemento principal da propaganda política do ex-deputado federal. Oliveira (2020) também reitera que o “bolsonarismo faz do ‘tosco’ o método adequado de transmissão de seu conteúdo ideológico de guerrilha” (Ibid., p. 17).

Posteriormente, o autor delinea que as publicações produzidas e compartilhadas nas mídias digitais não possuem um compromisso com a verdade. Entretanto, se tornam mídias de afeto, reafirmando aquilo que já foi salientado anteriormente. Sendo assim, nos encontramos em um cenário em que as redes sociais passam a ser *lócus* de organização e manifestação de pensamentos e comportamentos políticos (Ibidem, p. 37).

No Brasil, pode-se citar as jornadas de junho de 2013 e a greve dos caminhoneiros deflagrada em 2018<sup>11</sup>, uma vez que estes serviram de espaços de protestos organizados com o auxílio das plataformas online, em especial o WhatsApp. Finalmente, observa-se a delimitação de objetivos no âmbito político para atingir a “viralização”<sup>12</sup>, maior engajamento possível e a centralização da imagem enquanto elemento de atuação no ambiente virtual, levando-se em conta que esta nova linguagem desenvolvida na internet modificou modos de vida e horizontes de expectativa (OLIVEIRA, 2020, p. 37).

Para além de um líder que reúne em si aspectos políticos de uma nova direita brasileira, Pereira (2021) atesta que este movimento gerou mudanças no sistema político do Brasil nos últimos anos, a começar pela composição do Congresso, que foi modificada por um número maior de cadeiras ocupadas por parlamentares da direita, promovendo a valorização do individualismo, daquilo que é tradicional, aversão à diversidade, militarismo, luta pela segurança nacional e o anticomunismo (BOBBIO, 1994; PEREIRA, 2021).

---

<sup>11</sup> Caminhoneiros bloqueiam estradas, em greve contra aumento do diesel. 21/05/2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/21/caminhoneiros-protesto-diesel.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

<sup>12</sup> Termo usado para se referir aos conteúdos que se espalham rapidamente nas plataformas online de sociabilidade, em um curto espaço de tempo, atingindo um grande público de pessoas e aumentando o nível de engajamento da publicação.

Através de uma simples linha do tempo, antes das eleições de 2018, manifestações populares mobilizadas pelas redes sociais, como as jornadas de junho de 2013, o movimento denominado Passe Livre, o discurso de ódio contra a esquerda, os desdobramentos da Operação Lava Jato e, sobretudo, o resultado do pleito eleitoral de 2014, disputa acirrada entre a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), são componentes a serem levantados para justificar a formação do que tem sido chamada de nova direita brasileira (PEREIRA, 2021). Portanto, como o próprio autor supracitado afirma, foi neste cenário que Bolsonaro soube se reinserir, se colocando para a população como uma possibilidade diferente, daquilo que já era visto no cenário político há anos<sup>13</sup>.

Acrescentado a isto, vemos o desenvolvimento de uma base eleitoral fiel ao militar reformado que, de acordo com pesquisas feitas por Ribeiro Pereira (2021), é um público constituído majoritariamente por homens, evangélicos, brancos, e mulheres que não apoiam o movimento feminista. Paula et al (2020) apontam a influência de fatores simbólicos na última disputa eleitoral para garantir a vitória de Jair Bolsonaro, com a contribuição de estudos sobre o comportamento do eleitor. As pesquisadoras, em paralelo com os escritos de Marilena Chauí (2000), afirmam que a nomeação de Bolsonaro como “mito”, por parte de seus seguidores, especialmente nos canais propiciados pelas redes sociais, o colocaria como um indivíduo que está acima do bem e do mal, isto é, o candidato era então visto como o salvador que colocaria a nação nos trilhos, após tantos desastres e problemas causados por governantes anteriores.

Assim, com base nessa ideia de Chauí (2000), foi evocado o mito do rei pela graça de Deus, em que Bolsonaro cumpriria o propósito da divindade superior na Terra. No material estudado pelas pesquisadoras (PAULA et al, 2020, p. 103), sob a ótica da análise de conteúdo, publicado pelo Partido Social Liberal (PSL) na internet (à época a legenda do atual presidente), o conteúdo promovido reafirmava a hipótese defendida pelas autoras, em que as lideranças cristãs alimentavam a ideia de que Bolsonaro era o escolhido por Deus para governar o país. Assim, é criada uma narrativa que é alimentada por conceitos-chave de unidade, indivisibilidade da nação, identidade de um povo e, sobretudo, a ideia de que há “inimigos a combater” (CHAUÍ, 2000).

---

<sup>13</sup> Apesar de Bolsonaro ter se apresentado para a população como um *outsider*; em 2017 havia completado 26 anos que ele estava no Congresso como deputado federal, com uma atuação parlamentar que incluía 171 propostas apresentadas, mas apenas 2 aprovadas em Plenário e que se tornaram lei. Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso. 23/07/2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Conforme Letícia Cesarino (2019) aponta, as mídias digitais têm co-produzido novos populismos<sup>14</sup> (sobretudo conservadores), gerando impactos consideráveis na modernidade, ciência e democracia. Surge, então, aquilo que é denominado de populismo digital, utilizando-se de redes sociais como WhatsApp e Facebook (em especial o primeiro) para a difusão de notícias falsas, reverberando também a formação de bolhas e o isolamento dos indivíduos em sua própria rede de contatos (Ibidem, p. 3). Para fins de conceituação, a autora define populismo digital como uma relação entre aparato midiático, mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia (CESARINO, 2019).

Cesarino (2019), em suas investigações em grupos pró-Bolsonaro durante as eleições de 2018, identificou uma quantidade massiva de conteúdo online que circulou em grupos naquele período, possuindo vários efeitos sob os usuários e reproduzindo visões e cenários que se dividiam da seguinte forma: fronteira antagonística entre amigo e inimigo; equivalência entre liderança e povo; mobilização permanente entre ameaça e crise; espelhamento do inimigo e inversão de acusações; e, finalmente, a produção de um canal midiático exclusivo para se comunicar com os seguidores (CESARINO, 2019, p. 4). Em paralelo com o que foi identificado nesse material empírico, a pesquisadora afirma que há uma relação com os afetos e emoções dos eleitores, em que a memética utilizada por Bolsonaro durante o último pleito eleitoral não necessariamente precisava ser consciente ou reflexiva para o eleitor, mas deveria, sim, explorar as emoções negativas de raiva e ressentimento pelo “inimigo” (Ibidem, p. 5).

Chamma (2020) faz uma análise de conteúdo das publicações de Jair Bolsonaro no Twitter em 2018. A cientista social fez uma seleção de 148 *tweets* com mais de 10.000 *retweets*, abordando variadas temáticas: antipetismo, futuro da nação, ataque às mídias e às instituições brasileiras, corrupção, família, religião, dentre outras. Sua pesquisa é interessante para perceber os sentimentos dos indivíduos frente às publicações do Twitter. Como a própria pesquisadora afirma (CHAMMA, 2020, p. 40), o populismo de Bolsonaro explora muito mais os sentimentos do que o modo de ver, compreender e perceber do eleitor. Assim, constata-se a formação de uma plateia de indivíduos insatisfeitos com governos anteriores e que não tiveram as suas demandas e desejos atendidos (Ibid., p. 40). Mais além, é interessante observar que a imagem do então candidato da extrema direita transcendeu a sua vinculação ao partido (na época filiado ao PSL), em que a sua figura assume um caráter de liderança alinhada a uma identificação pessoal (CHAMMA, 2020).

---

<sup>14</sup> Segundo o Dicionário de Política de Bobbio et al (1998), populismo ou fórmulas políticas populistas são aquelas cuja fonte principal de inspiração e referência é derivada do povo.

A estratégia de marketing político digital de Bolsonaro, conforme já apontada por várias pesquisas empíricas (SILVA, 2018; NETO e STRASSBURGUER, 2019), teve indiscutivelmente um impacto positivo significativo na sua popularidade durante a corrida presidencial. Assim, ressurgiu e ganhou notoriedade uma nova linguagem nas redes sociais, baseada entre líder e seguidor, em que o voto não apenas se manifesta pela exterioridade de interesses pessoais, mas também pela influência do eu emotivo, valores individuais e elementos pautados no identitarismo (CHAMMA, 2020, p. 83).

Cesarino (2020) constata que o carisma digital<sup>15</sup> e a simplicidade discursiva foram as marcas da campanha de Bolsonaro, encorajando a participação e a prática política de eleitores que não se viam representados no jogo eleitoral (CESARINO, 2020, p. 112). A autora verifica que houve uma diluição da fronteira entre a esfera política-eleitoral e outros domínios da vida, acrescentando aspectos como o culto às celebridades, religião e indústria do entretenimento. Análise bastante interessante e desenvolvida em seu trabalho, a antropóloga compara as eleições de 2018 com uma partida de futebol, pois naquele momento era impossível não estar em algum dos dois lados, não havendo lugar para a neutralidade. Baseada na polarização entre PT e Bolsonaro, estaria, então, o eleitor, que pode ser concebido como um torcedor. Este deseja ser parte integrante da vitória, celebrando o sucesso de seu candidato (Ibidem, p. 113).

Como já foi demonstrado em capítulo anterior desta pesquisa, houve um compartilhamento em massa de notícias falsas nesse período. Em correspondência com este argumento, Leticia Cesarino (2020) afirma que foi possível perceber uma vulnerabilidade em relação aos indivíduos que recebiam e disseminavam esse tipo de conteúdo, verificando que tal material se estendia para outras redes, como Youtube, Facebook e Twitter: plataformas que hospedaram vídeos e sites alternativos de notícias.

Ainda que as mídias sociais possuam impacto expressivo quando falamos de um espaço propício para o debate sociopolítico, com essência democrática atrelada a uma esfera pública política na contemporaneidade, como demonstra Cavalcante (2019) em sua monografia, verificamos, efetivamente, a utilização do espaço online para a veiculação de campanhas desinformativas a serviço de interesses de grupos políticos organizados (CAVALCANTE, 2019, p. 50). Neste âmbito, a manipulação se torna um instrumento extremamente útil numa sociedade conectada, mediada pela entrega de dados pessoais às plataformas, em que a atenção do público

---

<sup>15</sup> O termo faz alusão ao conceito de “carisma” weberiano (WEBER, 1994, p. 158), definido como uma qualidade pessoal extra cotidiana, um poder atribuído a um líder, profeta ou sábio, e que, atualmente, é transposto também em uma versão digital materializada nas redes sociais para os seguidores.

se torna *commodity* e a comunidade digital se transforma em um ambiente político comercial online (Ibidem, p. 51). Portanto,

Em diálogo com a teoria da ação comunicativa, pode-se aferir que, hoje, o cidadão aceita tacitamente as garantias, ou argumentos de validade, de cada comunicação recebida, apropriando-se sem questionamento dos enunciados, inclusive daqueles cujo conteúdo é desinformativo (CAVALCANTE, 2019, p. 51).

Ademais, fica explícita a mudança que a internet causou no modo de se fazer política, em que alguns atores consideram como “velha política” os debates entre candidatos e a apresentação de planos de governo, que frequentemente contêm uma linguagem dificultosa, burocrática e opiniões incompreensíveis de especialistas para o público leigo (CESARINO, 2020, p. 113). Este fato também é constatado por Silva (2018), que assevera que Bolsonaro utilizou o Twitter como uma ferramenta de debate, atacando adversários e respondendo dúvidas de seguidores, além de diminuir a distância na relação entre líder e audiência. Logo, verifica-se a influência das mídias sociais nos debates eleitorais e na maneira de se comunicar com a plateia (SILVA, 2018, p. 44).

Rodrigo Ratier (2019) estudou o WhatsApp como uma ferramenta de produção e difusão de informações e opiniões políticas, adentrando grupos públicos alinhados à direita para entender a sua centralidade durante o período eleitoral. Sua análise se concentrou no *modus operandi* desses grupos, analisando principalmente se essas redes virtuais fiéis ao presidente Bolsonaro continuaram a se expandir depois do ano de 2018. Finalmente, ao exibir os resultados de sua pesquisa, o autor apresenta um conteúdo de palavras que expõe a repetição de frases de apoio ao atual chefe do executivo federal (Ibidem, p. 8). Sua observação, que teve uma duração em torno de 10 dias, detalha que grupos virtuais bolsonaristas continuam a se propagar de maneira constante. Logo, em consonância com as contribuições teóricas desse autor, é possível destacar que mesmo após o período de campanha, essa rede comunicacional construída ainda progride como um *locus* de reprodução de conteúdo desinformativo. Além disso e retornando ao trabalho de Cesarino (2019), serve também para a materialização de um canal exclusivo de comunicação para com os seguidores. De acordo com Ratier (2019, p. 14):

Constata-se, assim, a manutenção de um nível de engajamento que pode espelhar, no ambiente digital, a estratégia de campanha permanente adotada por Bolsonaro tanto ao longo de seu mais recente mandato como deputado federal (2015-2018) quanto agora, em seu mandato presidencial.

Com base no exposto até aqui, entenderemos o bolsonarismo como um conceito polissêmico, um fenômeno que não pode ser entendido como uma palavra rígida e delimitada, já que é interpretada de forma diferente por vários acadêmicos (Ibidem, p. 77). Não obstante, a análise de Boito Jr. (2020) sob o bolsonarismo se torna valiosa e cabível para este trabalho,

dado que o autor caracteriza o movimento de apoio a Bolsonaro e seu governo de neofascista. Boito Jr. ressalta que apesar de nos encontrarmos em uma democracia burguesa, há a possibilidade de formação de um movimento social fascista num contexto democrático, sem que ocorra necessariamente a passagem para uma ditadura fascista (Ibidem, p. 111).

No Brasil, Boito Jr. alega que o bolsonarismo teve início com a deposição de Dilma Rousseff em 2016 – contando com um movimento de massa reacionário permeado por uma espécie de “anticomunismo, culto da violência, crítica à corrupção e à velha política (democrática); politização do machismo, do racismo (difuso) e da homofobia (sistemática)” (BOITO JR., 2020, p. 116). Sua organização é pautada fundamentalmente pelas redes sociais.

Neste panorama, ganha força especialmente o discurso de ódio, frequentemente atrelado ao compartilhamento de notícias falsas. Segundo Braga (2018),

Discurso de ódio seria aquele que apresenta como característica a estigmatização de um indivíduo ou grupo identificável de indivíduos. A estigmatização seria, ainda, direcionada ao insulto, à perseguição ou à privação de direitos. Essa é uma característica recorrente das notícias falsas, que se utilizam de um clima de polarização política ou afetiva e ganham notoriedade como prova ou confirmação da validade desses estigmas (BRAGA, 2018, p. 214).

Outra contribuição teórica essencial acerca do discurso de ódio pode ser verificada no trabalho de Mariana de Souza (2018):

Os discursos que materializam intolerâncias, discriminações e ódios em circulação social inserem-se num movimento sócio-histórico no qual a relação com outro é tomada como relação de antagonismo e não como uma relação de interlocução. O contato com outro instaura-se pelo viés do confronto e disso resulta a aversão à diferença, materializada em práticas discursivas que produzem efeitos de hostilização e ódio. Por isso, nesse discurso, o outro surge como alvo e não como interlocutor (SOUZA, 2018, p. 930).

Apesar de regularmente ser usada como exemplo para tratar de temas como fake news e discurso de ódio, as eleições de 2018 no Brasil não foram as únicas a se notabilizarem pela repetição de palavras aversivas contra adversários nas redes sociais ou mesmo com ataques contra o regime democrático. Souza (2018) já havia verificado isso em seu artigo publicado que trata sobre a discursivização do resultado eleitoral de 2014. À época, Dilma Rousseff havia sido reeleita para cumprir o seu segundo mandato. Não obstante, houve uma reprodução numerosa de discursos para o fortalecimento de um movimento “ANTI-DILMA” (Ibidem, p. 924), reverberando um processo de rejeição e repercussão negativa em relação ao resultado eleitoral, afetando negativamente a ex-presidenta do PT e colocando a opinião pública contra seu governo.

Em vista disso, movimentos discriminatórios e atitudes intolerantes estavam presentes nas mídias digitais e em manifestações de rua, sobretudo quando falamos de eleitores e políticos

da extrema direita, que exteriorizaram a sua insatisfação contra o governo do Partido dos Trabalhadores e fortaleceram as práticas discursivas antidemocráticas que já estavam em vigor (SOUZA, 2018).

Tendo em vista a atuação de contra-públicos digitais da direita, mais organizados a partir de 2015 e alinhados à produção de conteúdo desinformativo nos espaços online, as redes sociais no Brasil, levando-se em conta as eleições de 2022, se responsabilizaram em alterar as suas regulações e realizar maior monitoramento acerca da produção de notícias falsas<sup>16</sup>, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral. Neste sentido, têm sido mobilizadas ferramentas como alertas de desinformação (em que a Justiça Eleitoral é comunicada); a criação de etiquetas frisando que a publicação possui “potencial desinformação”; o encaminhamento aos canais de agências de checagem para análise das mensagens e notícias compartilhadas; a redução da visibilidade em posts enganosos, medida adotada pelo Twitter; e, finalmente, a remoção de conteúdos que violam as regras da comunidade, ação praticada pela Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp.

A desinformação se converte em uma ação estratégica que gera um contexto de desordem social e de corrupção comunicativa, indo contra os princípios de uma esfera pública habermasiana. Cavalcante (2019) considera que a esfera pública nas redes sociais respira por aparelhos, já que se tornou um instrumento de manipulação política e de interesses econômicos particulares. Tais afirmativas vão de encontro com o avanço da “patologização da esfera pública”, concebida pela proliferação e ocupação de grupos sociais conservadores em ambientes virtuais de sociabilidade. Os efeitos deste fenômeno comprometem o debate público e as prerrogativas da esfera pública, pois esta se torna pouco pública, pouco dialógica e isola parte do público do contato com o contraditório e a diferença (CESARINO, 2020).

### **3. A agitação fascista em contra-públicos bolsonaristas nas redes sociais online: do discurso homofóbico ao antivacina**

Neste capítulo tratamos dos elementos metodológicos que iluminam esta monografia, inspirados em contribuições da teoria social da Escola de Frankfurt, da primeira e segunda geração, tendo a teoria habermasiana da esfera pública discutida na primeira parte deste trabalho, como fio condutor. Não obstante, traremos também resultados de nossos experimentos investigativos.

---

<sup>16</sup> Eleições: veja as medidas tomadas pelas redes sociais contra fake news. 03/07/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-veja-as-medidas-tomadas-pelas-redes-sociais-contra-fake-news>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Daremos ênfase à presença da formação discursiva bolsonarista em manifestações textuais de apoiadores do presidente da República, reunidos em comunidades digitais, a respeito de diferentes temas que têm ocupado a esfera pública, desde a campanha eleitoral de 2018, como questões de gênero, raça e, mais recentemente, desde 2020, medidas de contenção da pandemia da Covid-19. Inferimos que a formação discursiva bolsonarista se apoia em uma ontologia emocional de onde sobressai registros afetivos do ódio e do ressentimento que são contraproducentes para uma razão comunicativa fundamental para funcionamentos da esfera pública ontem e hoje. Esta ontologia emocional orienta, segundo as nossas interpretações, o que estamos chamando de derivas da formação discursiva bolsonarista, apoiada na desinformação, nas fake news, no regime de pós-verdade, antes e durante a crise sanitária. Sem aderir à dicotomia entre razão e afetos, as emoções na política e nos debates públicos são a tônica de discursos e ações que se dão em torno de sensibilidades e de ideias, quando estamos confrontados a determinadas situações. Mas, quando nos encontramos afetados por notícias e dados falsos, somados a uma onipresença de sentimentos morais de indignação contra sistemas peritos (pesquisas de cunho tecno-científico) que afirmavam, por exemplo, a gravidade da situação pandêmica, temos uma “revolta subjetiva contra os fatos” que alimenta o negacionismo.

Em todos os casos estudados, o discurso bolsonarista veicula desprezo a valores e normas de cidadania que perfilam o Estado de Direito Democrático brasileiro, nos termos da Constituição de 1988.

### **3.1 O dispositivo de coleta e análise dos dados da investigação**

Como sabido, a preocupação das ciências humanas em entender movimentos de ameaças à democracia liberal, em várias partes do mundo, não é recente. Entendemos que a ascensão das direitas radicalizadas, nos últimos anos, e sua presença em espaços discursivos relevantes da atualidade, como as redes sociais online, tem, inegavelmente, levado os cientistas sociais, as Humanidades em geral, a retomarem a agenda de pesquisa da Primeira Geração da Escola de Frankfurt, sobretudo a releitura do tema do autoritarismo e do fascismo. A recente tradução de *Profetas do engano* para o francês, em 2019, reedições de *Estudos sobre a Personalidade autoritária*, por exemplo, testemunham a atualidade desses estudos para fazermos o diagnóstico do tempo presente, mas com a devida redução sociológica e observância de reconfigurações de fenômenos como o fascismo em nossas formações sociais.

Em relação aos cuidados metodológicos para não fazermos dessas leituras orientações bíblicas, mas sim referências heurísticas para inspirar os nossos trabalhos, temos o desafio de



pensarmos dois fatores fundamentais no contexto desta monografia: a) não consideramos que vivemos no Brasil de hoje um regime fascista (LESSA, 2020), mas acreditamos estarmos diante da ascensão de propósitos fascistas nos âmbitos social e político, em consonância com o discurso bolsonarista; e b) levamos a sério o uso intensivo das redes sociais online pela população brasileira para inúmeros fins, inclusive para sociabilidades ordinárias e atuar politicamente, aliado com o potencial nesse *lócus* de proliferação de fake news, mais especificamente, durante campanhas eleitorais e no decorrer da fase mais letal da pandemia<sup>17</sup>. Além disso, poderíamos evocar a história política de nossa sociedade, marcada por períodos de rupturas institucionais com o regime democrático, sendo o mais longo deles, o da Ditadura Militar (1964-1985). No entanto, em função dos limites do escopo deste trabalho, não trataremos deste importante dado sócio-histórico do país.

Deparamo-nos com consequências para a democracia e para a esfera pública brasileira ao analisar a ascensão do autoritarismo e de valores ultraconservadores e antidemocráticos no país, nos últimos anos. Tal cenário pode ser mais bem elucidado, guardadas as devidas nuances temporais e geoespaciais, a partir de contribuições da teoria do tipo antropológico autoritário de Adorno (2019).

Os *Estudos sobre a personalidade autoritária* (ADORNO, 2019) trazem reflexões, empiricamente informadas, sobre a existência de indivíduos suscetíveis à propaganda fascista nos Estados Unidos, de meados do século XX, a partir de uma ampla pesquisa quanti-quali sobre aspectos comportamentais e ideológicos que poderiam contribuir para uma cultura antidemocrática no país. Um dos pilares analíticos da investigação foi a escala (F), Fascismo, que reunia informações sobre opiniões e atitudes de indivíduos entrevistados para a pesquisa, reveladoras de comportamentos antidemocráticos vigentes nos EUA do pós II Guerra. A escala F é citada aqui justamente por ser uma referência heurística para analisar as relações entre personalidade, ideologia e preconceito no contexto de práticas discursivas de internautas bolsonaristas em redes sociais online.

Ademais, também nos apoiamos na obra de Lowenthal e Guterman<sup>18</sup> (2021), resultante de uma pesquisa qualitativa empreendida pelos autores para tratar sobre os conceitos e

---

<sup>17</sup> Segundo dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa, analisando a evolução da pandemia e da vacinação no Brasil, os gráficos mostraram que 2021 foi o ano mais crítico e letal da doença, contando com mais que o dobro de mortes, em relação a 2020. Balanço indica que 2021 foi o ano mais letal da pandemia no país. 31/12/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/balanco-indica-que-2021-foi-o-ano-mais-letal-da-pandemia-no-pais.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2022.

<sup>18</sup> Os *Profetas do Engano* é o quarto estudo de uma série de cinco livros, incluindo Adorno's Studies on the Authoritarian Personality, baseado em uma pesquisa financiada pelo Comitê Judaico Americano, dedicada ao "preconceito" (antissemita) no coração da democracia americana.

comportamentos do agitador fascista nos EUA. De acordo com os pesquisadores supracitados, os comportamentos e personalidade do agitador devem ser investigados, levando-se em conta a sua potencialidade efetiva dentro do contexto contemporâneo de sociedades democráticas. O agitador trabalha com as emoções e os sentimentos, influenciando seu público e pregando discursos de mudança radical.

Ao utilizar os medos vagos e desejos de mudança radical, os propagadores fascistas se sustentam através de quatro pilares: descontentamento; oponente; movimento; e líder. Com atividades difusas, o agitador se destaca dentro da própria audiência, ressaltando o seu sofrimento com relação à sociedade e influenciando a liberação de sentimentos irracionais. Como audiência, os seguidores são frequentemente incitados a possuírem apenas um comportamento de receptividade, fortalecendo atitudes de subserviência.

O padrão da propaganda fascista, como constata Adorno (2015, p. 154), é transformar os seguidores em verdadeiras multidões violentas, sem um motivo político específico. Os indivíduos, mobilizados pela psicologia das massas, se convertem em refêns dos desejos do demagogo fascista – sendo este o vínculo que os une. O líder, independentemente de ser mandatário ou não, cria uma imagem de pai, podendo ser amoroso ou autoritário. Essa figura é extremamente importante dentro da propaganda fascista, pois além de engrandecer o “eu” do grupo, cria um elo de identificação entre os fiéis.

Levando-se em conta que o fascismo não constrói uma multidão de agitadores através de argumentos racionais, sua propaganda é orientada psicologicamente por uma natureza libidinal, movida pela manipulação (Ibid., p. 185). Seu conteúdo e técnicas se relacionam com exemplos de manipulação midiática em massa, robustecendo manifestações e comportamentos antidemocráticos, anti-intelectuais e anticientíficos - fatores que se relacionam com a realidade brasileira atual a partir da formação e popularidade de figuras públicas políticas autoritárias alinhadas a gestos fascistas e à extrema direita, como o presidente da República Jair Bolsonaro.

Reiteramos que a agitação bolsonarista em redes sociais da internet é reveladora do *modus operandi* de contra-públicos de extrema direita no Brasil, que atuam em sintonia com o discurso antissistema e antidemocracia liberal de Jair Messias Bolsonaro. A semiose bolsonarista foi constatada em dois momentos da nossa pesquisa. Na primeira parte, que se inicia em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, analisamos a preponderância da sua atuação discursiva em torno das pautas de costumes, como família tradicional e forma de vida heteronormativa. No segundo momento, que debuta em março de 2020 com o início da pandemia do coronavírus, nos voltamos para a deriva dos registros discursivos antissistêmicos,

agora dirigidos a ataques contra as orientações da coletividade científica global em torno da prevenção, tratamento e imunização no quadro do combate à proliferação do Covid-19.

Adentramos em grupos bolsonaristas no Facebook e WhatsApp, durante quatro meses (de dezembro de 2019 até abril de 2020), para analisar o caos informacional e a produção de notícias falsas nessas comunidades virtuais, correlacionando o material encontrado com o referencial teórico citado anteriormente e atestando a hipótese teórica desta pesquisa, isto é, a patologização da esfera pública contemporânea, que prejudica a democracia e corrói o debate público.

Ao utilizar a netnografia como método de investigação (AMARAL et al, 2008), analisamos GIFS, vídeos, mensagens, imagens, memes e áudios que visam espalhar a desinformação, atacar figuras públicas políticas e outros indivíduos que contrariam o Governo Bolsonaro. Essas linguagens se tornam primordiais para intensificar os processos comunicacionais em grupos virtuais, ou seja, a linguagem pode adquirir várias formas e não necessariamente ela precisa ser falada para que uma comunicação seja repassada. O método de análise do discurso também foi essencial para observar as práticas comunicacionais nas mídias digitais, uma vez que possibilitou ter uma visão crítica e técnica que foge do senso comum dos dados da pesquisa. Ademais, esse método se torna extremamente relevante para analisar “relações de poder permeadas por mecanismos de dominação escondidos sob a linguagem” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 2).

### **3.2 Propósitos homofóbicos da agitação bolsonarista nas redes sociais online**

No período em que estivemos inseridos nas comunidades virtuais bolsonaristas (descritas a seguir), de dezembro de 2019 até abril de 2020, fomos membros de três grupos no Facebook e de dois no WhatsApp. Em relação à primeira rede social, são eles: “Apoio a operação Lava Jato e o Sergio Moro Ministro da Justiça”; “Jair Messias Bolsonaro (Grupo Oficial)”; e “Movimento Brasil de Direita – Bolsonaro 2022”. No WhatsApp o nome dos dois grupos são: “Direita Conservadora” e “Bolsonaro 2022”.

O grupo “Apoio a operação Lava Jato e o Sergio Moro Ministro da Justiça” tem 301.947 membros, sendo 25 administradores e 4 moderadores<sup>19</sup>. O grupo foi criado em 14 de setembro de 2016. Além disso, é um grupo público e visível, qualquer pessoa pode pesquisar e se tornar um membro. Em relação às regras de entrada no grupo, são estas: “todos devem se sentir seguros; o bullying de qualquer tipo não é permitido e comentários degradantes sobre raça, religião, cultura, orientação sexual, gênero ou identidade não serão tolerados”.

---

<sup>19</sup> Informação obtida em dezembro de 2019.

'Jair Messias Bolsonaro (Grupo Oficial)' tem 55.140 membros, sendo 3 administradores e 3 moderadores<sup>20</sup>. Dentre estes, há uma moderadora que é mais presente no grupo, fazendo uma série de publicações. A capa é uma foto de Jair Bolsonaro fazendo sinal de arma. A sua criação data de 9 de outubro de 2018. A descrição do grupo contém um breve resumo da vida de Bolsonaro, tanto política, quanto pessoal e profissional. O grupo é privado, mas é visível, isto é, quando encontrado, uma solicitação para participação pode ser enviada para os administradores e moderadores. Há cinco regras para se tornar um membro: "é proibido fazer publicações contra a imagem do presidente; não é aceito publicações religiosas ou divulgação de negócios; não é permitido fake news; é importante respeitar a opinião de todos; é necessário apoiar o governo atual".

O último grupo do Facebook "Movimento Brasil de Direita – Bolsonaro 2022" tem 14.320 membros, sendo 5 administradores e 13 moderadores<sup>21</sup>. Dentre estes, um administrador é mais presente no grupo do que os outros, tendo em vista que ele é mais engajado nas publicações. A foto de capa é a bandeira do Brasil e a criação data de 17 de março de 2017. Este grupo possui várias regras e são descritas da seguinte forma: "os administradores e moderadores excluirão postagens que divulguem e enalteçam materiais ideológicos de esquerda; que enalteçam políticos de esquerda; que enalteçam os pseudo-heróis assassinos da esquerda; de campanhas de movimentos marxistas gramscianos; de manifestações fascistas, socialistas, comunistas, nazistas e outros de cunho esquerdista; que possam caracterizar o uso do grupo para divulgação da ideologia que mais matou seres humanos no mundo; que divulguem nudez e pornografia; que agridam, de forma ofensiva, patriotas membros do grupo; que ataquem políticos da direita bolsonariana com fake news ou imputando crimes inexistentes ou não comprovados".

Em relação ao WhatsApp, o grupo "Direita Conservadora" possui 235 participantes, sendo 6 administradores<sup>22</sup>. Sua foto é a imagem de Bolsonaro com a bandeira do Brasil ao seu lado esquerdo e a bandeira de Israel ao seu lado direito. As regras são: "caso não poste no grupo, será deletado; é necessário possuir foto; sem petista ou esquerdista; não pedir para ser administrador; proibido pornografia". Não obstante, durante o tempo que fizemos parte do grupo, como observadores, não fomos expulsos e nem cobrados por nenhum administrador – pois não fizemos nenhuma publicação desde que nos tornamos membros. O grupo é aberto e conseguimos acesso através de um link compartilhado.

---

<sup>20</sup> Informação obtida em dezembro de 2019.

<sup>21</sup> Informação obtida em dezembro de 2019.

<sup>22</sup> Informação obtida em dezembro de 2019.

Por último, “Bolsonaro 2022” tem 93 participantes, sendo 5 administradores<sup>23</sup>. A foto de ícone do grupo é o Bolsonaro cantando o hino nacional com militares. Em sua descrição é dito que o objetivo do grupo é a divulgação de notícias sobre o governo atual. Contudo, é proibido o compartilhamento de notícias ligadas à rede Globo. Caso isso aconteça, o participante pode ser banido. As regras do grupo são: “proibido pornografia, divulgação de links, fake news e brigas (é permitido o debate formal)”. O grupo é aberto e pode ser acessado através de link compartilhado.

Sobre o seu modo de funcionamento, os grupos do Facebook não possuem uma abundância de publicações em comparação com o WhatsApp. No que tange ao fluxo de posts, este é bem variado, geralmente há uma quantidade maior de mensagens em determinados momentos específicos, como por exemplo as eleições de 2018 e o ataque ao canal Porta dos Fundos ocorrido em 2019, por ter criado um episódio de Natal que satirizava o cristianismo (BARBON e ALBUQUERQUE, 2019).

Com o objetivo de analisar o conteúdo das publicações compartilhadas no Facebook, utilizamos a ferramenta de busca e procuramos por termos específicos. A palavra “gay”, por exemplo, sempre é utilizada com o objetivo de depreciar homossexuais. Os movimentos sociais e, principalmente, o movimento LGBTQI+ são vistos como “vitimismo”. Nos comentários nos deparamos com uma série de discursos homofóbicos. A narrativa mais comum é que o “homossexualismo” não é um legado a ser deixado, mas sim um motivo de vergonha. Podemos conceber isso através da seguinte fala de um internauta participante de um dos grupos: “o homossexualismo é coisa do Diabo e serve para destruir a família”. Com base nisso, “as atitudes de ódio, humor duvidoso e cruel, medo ou euforia parecem ter um lugar especial nos processos de re(produção) de conteúdos nas redes sociais” (ABREU, 2014).

Ademais, há outros comentários que expressam a negação ao casamento homoafetivo. Adjetivos como “bichona”, “viado” e frases como “a sexualidade é uma escolha” são bastante frequentes. Ainda assim, quando buscamos pelo termo “traveco” (palavra pejorativa para se referir a travestis e mulheres transexuais), há uma série de publicações utilizando aquele vocábulo como xingamento, como por exemplo: “Toffoli, o traveco do STF”. Neste sentido, ocorre uma violência simbólica na Web contra pessoas LGBTQI+. Conforme destacam Dantas e Neto (2015), esses discursos exteriorizam uma conexão entre comportamentos homofóbicos, valores religiosos (baseados nas crenças do cristianismo) e convenções sociais (apoiadas na

---

<sup>23</sup> Informação obtida em dezembro de 2019.

estigmatização e regulação da sexualidade não heteronormativa por evangélicos conservadores).

Ao procurarmos pelo termo “kit gay” nos grupos, expressão que se tornou bastante comum nas eleições de 2018, pudemos encontrar uma quantidade vasta de publicações. Há um consenso entre os bolsonaristas que uma cartilha, com o objetivo de iniciar a vida sexual das crianças precocemente e “torná-las” homossexuais, foi compartilhada nas escolas públicas por ordem do ex-ministro da educação, Fernando Haddad, também candidato à Presidência da República nas eleições de 2018: “o kit gay para seu filho foi ideia de Haddad, compartilhe a verdade”.

A cartilha que impulsionou a candidatura do atual presidente na verdade foi um Caderno Educativo que recebeu o nome de “Projeto Escola sem homofobia”, em 2003, visando a abolição da homofobia nas escolas. Em seu conteúdo eram abordados temas como gênero, diversidade sexual, homofobia, luta pela cidadania LGBTQI+, preconceito, estereótipos e outros tópicos de extrema relevância para uma sociedade diversa, plural e igualitária (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011). Contudo, o Projeto foi inutilizado pelo governo federal em 2011 por pressão parlamentar da bancada evangélica e grupos católicos<sup>24</sup>, e o Plano Nacional de Educação de 2014 excluiu discussões acerca de gênero e sexualidade.

Na visão dos parlamentares de direita, o manual tinha como objetivo conduzir as crianças ao “homossexualismo” – termo pejorativo e patológico para se referir à homossexualidade. Mesmo com veículos midiáticos afirmando que isso jamais aconteceu, esta notícia falsa foi uma das mais consolidadas nas eleições de 2018. Em agosto do mesmo ano, em entrevista concedida ao Jornal Nacional, Jair Bolsonaro mostrou um livro intitulado “Aparelho Sexual e Cia”. O candidato afirmou que este livro (na visão dele, o “kit gay”) foi distribuído para bibliotecas de escolas nacionais (SALGADO, 2018). No dia posterior à entrevista, vários veículos de comunicação desmentiram Bolsonaro, afirmando que o material nunca foi utilizado pelo governo federal nas escolas. O próprio Ministério da Educação se pronunciou e disse que nunca comprou o livro ou sugeriu para as escolas brasileiras.

Mesmo com notícias desmistificando o ex-deputado federal, este ainda se coloca como herói perante o Brasil por ter “salvado” as crianças do “kit gay”. O que prevalece ainda na visão de indivíduos conservadores é um determinismo heteronormativo que pretende dar continuidade ao padrão “tradicional” de família, isto é, a união de um homem com uma mulher

---

<sup>24</sup> Após pressão contra Palocci, governo suspende kit anti-homofobia do MEC. 25/05/2011. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/25/governo-recua-com-kit-anti-homofobia-por-pressao-da-frente-parlamentar-evangelica-e-catolica.htm>. Acesso em: 27 jul. 2022.

como a única forma moralmente aceitável de união matrimonial. Não obstante, se constitucionalmente entendemos que todos são iguais perante a lei, assim devemos estender este conceito para a noção de família.

Além da sexualidade, há outros temas que também são discutidos. Prevalece uma narrativa de que o PT tentou acabar com a democracia, querendo impor à sociedade brasileira o comunismo/socialismo de uma forma agressiva e com armas. Economia, política e justiça também são assuntos que são discutidos nos grupos diariamente. Os eleitores bolsonaristas acreditam fortemente que o STF é um tribunal “defensor de bandidos”. Os membros, ao compartilharem notícias com seus contatos, não questionam a fonte, o conteúdo (sensacionalista) e muito menos a veracidade da matéria. Há mensagens encaminhadas que incitam o maior engajamento possível. Outro fator curioso que merece destaque é a ação e funcionamento dos grupos de direita, que permaneceram na ativa e continuam em expansão mesmo depois do período eleitoral (RATIER, 2019).

Os integrantes bolsonaristas aparentam possuir uma visão maniqueísta da política. Ou seja, a polarização entre direita e esquerda, em que a primeira se preocupa com a sociedade, com a família e as crianças, enquanto a segunda deseja inverter essa lógica (visão difundida pelos participantes). No tocante à mídia, há uma inversão, em outras palavras, os meios de comunicação tradicionais são colocados como “fontes de alienação” e “propagadores de fake news”, enquanto as mídias digitais que apoiam o Governo Bolsonaro são vistas como libertadoras e livres de ideologias.

Ao falarmos da relação entre líder e seguidor, a concordância com o autoritarismo do presidente é uma característica extremamente presente nas interações virtuais nos grupos bolsonaristas, apontando, assim, nos termos freudianos segundo Adorno (2019), para uma espécie de identificação com o “eu do grupo”: Bolsonaro. Há uma tendência entre os eleitores bolsonaristas de glorificar representantes do *ingroup* (estes podem ser definidos aqui como políticos e figuras públicas que adotam a ideologia da extrema direita e de valores antidemocráticos) e de serem subservientes e acríticos em nome de uma autoridade moral. Com efeito, a submissão autoritária contribui de forma significativa para poderes externos e extremos, tornando uma personalidade adepta a valores antidemocráticos (ADORNO, 2019). Bolsonaro, por exemplo, assume a imagem de um pai primitivo, ameaçador e onipotente: características da personalização fascista. Ao mesmo tempo, ele figura nos grupos como um homem mediano e simples que faz parte do povo.

### **3.3 Desinformação e negacionismo no caso da vacina contra a COVID-19 e a ideologização da saúde pública no Brasil**

Com o advento da pandemia do novo coronavírus, a partir de março de 2020, a desinformação se tornou a grande inimiga no combate ao vírus e, no Brasil, se notabilizou como arma política do bolsonarismo para ideologização da saúde pública, dificultando o trabalho de prevenção, tratamento e imunização, segundo orientações médico-científicas legitimadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo os esclarecimentos do Instituto Butantan<sup>25</sup>, em consonância com os estudos feitos pela OMS<sup>26</sup>, a tese mais aceita é que o vírus passou de um morcego para um mamífero intermediário, contaminando posteriormente o ser humano. Logo, a conclusão é que o então chamado coronavírus teve uma origem natural. Entretanto, as informações compartilhadas nas mídias digitais fortaleceram as mais diversas teorias conspiratórias e opiniões subjetivas, que não possuíam nenhum embasamento científico.

Após emissão de alerta da OMS, em março de 2020, o mundo foi noticiado sobre um novo vírus, SARS-CoV-2, que avançava na velocidade característica de tempos de pandemia. Comumente conhecido como Covid-19 (sétimo da família Coronavírus com capacidade de infectar humanos), seu ponto geográfico inicial de contágio foi a cidade de Wuhan, na China, e, posteriormente, se alastrou para outros continentes. Em vários países, os seus governos federais adotaram medidas de isolamento como um meio de prevenção do contágio entre a população. Mas, muitos governos e a sociedade civil se viram diante do desafio de além de combater a proliferação da doença, também lidar com a grande circulação de notícias falsas sobre a Covid-19 pelas mídias digitais, tais como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, etc. Em saúde coletiva, a comunicação com públicos leigos sobre prevenção, tratamento e imunização a partir de informações confiáveis é essencial para se garantir o controle de uma epidemia ou pandemia (LEAL e VIANNA, 2013).

Notícias falsas relacionadas ao coronavírus poluem o ciberespaço cotidianamente. O presidente da república do Brasil, por exemplo, acredita e dissemina que a hidroxicloroquina e a cloroquina podem ser utilizadas como medicamentos no combate ao Covid-19 e isso encontra ressonância em grupos de seus apoiadores. Todavia, de acordo com a OMS e cientistas

---

<sup>25</sup> Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 25 ago. 2022.

<sup>26</sup> WHO-convened global study of origins of SARS-CoV-2: China Part. 30/03/2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>. Acesso em: 25 ago. 2022.



renomados, não há comprovação científica de que a substância ajude no tratamento do vírus, assim como qualquer outra droga, bebida ou alimento (SOUSA JÚNIOR et al, 2020).

Merton (1977; 1979) adverte que a produção de conhecimentos (científicos) de caráter impessoal e confiável só se torna possível em regimes democráticos. O autor sustenta que o juízo político acerca de teorias científicas e consequentes interferências em sua legitimação é averso à esfera valorativa da atividade científica. Com isso, não queremos afirmar que a ciência é incontestável, pois o conhecimento científico carrega em si uma inegável ambivalência (BAUMAN, 1999). Mas, como ratifica Beck (2010), houve uma época em que somente a ciência falava para a sociedade, mas o estágio recente da reflexividade moderna permitiu que também a sociedade falasse para a ciência. Não se trata de descrença ou desprezo pela instituição científica, mas porque precisamos dela, isso a torna alvo de interesse e controvérsias públicas. No entanto, o debate sobre a pertinência de um conhecimento ou medicamento para terapias preventivas e de cura requer provas e discussão racional entre atores concernidos. Mesmo em um cenário onde se prolifera a percepção dos riscos sanitários e tecnocientíficos nas sociedades e, apesar da ascensão da reflexividade das pessoas leigas, estas não estariam em condições de desprezar conhecimentos peritos.

Beck (2010) acreditava que a modernidade passava por um período de transição, uma reconfiguração, em que a sociedade passa a ser dominada pela lógica de produção e distribuição de riquezas. O autor denomina tal mudança como uma sociedade (industrial) de risco, pois o período industrial clássico sofre uma alteração no atual contexto sócio-histórico.

Com efeito, estamos inseridos num cenário em que o perigo e a ameaça predominam, ainda que exista a estratificação dos indivíduos pelas classes sociais, privilegiando poucos e vulnerabilizando muitos: ninguém está protegido integralmente contra as ameaças causadas pelo progresso da ação humana. Por este ângulo, a teoria de Beck (2010) entende que, tendo em vista as inovações tecnológicas, a globalização, e a celeridade das respostas sociais, uma conjuntura de incertezas não quantificáveis se desenvolve, exibindo principalmente uma característica de descontrole. Outros elementos da modernidade como individualização, desemprego, crise ecológica e os problemas advindos do mercado financeiro também se tornam fatores de extrema relevância numa sociedade de risco. Para o ex-professor de sociologia da Universidade de Munique, o indivíduo é o componente central das ações no mundo (BECK, 2010), sendo agente de suas escolhas e gestor de seus riscos.

Outro fator de extrema relevância é a modernização reflexiva que a sociedade de risco está inserida, que se diferencia da primeira modernidade: esta última é caracterizada pelo avanço do progresso e do aperfeiçoamento científico-tecnológico, sendo definida pela procura do pleno emprego e controle da natureza (GUIVANT, 2001); enquanto isso, a modernidade reflexiva não consegue prever e controlar todos os riscos possíveis, mesmo com os auxílios da ciência e da técnica (Ibidem, p. 97). Neste sentido, a distribuição de riscos na segunda modernidade está atrelada ao aumento das forças produtivas, assim como também o potencial de auto ameaça advindo dessas, fator que se estende a nível global (BECK, 2010). Alicerçados nisso, existem riscos na saúde, economia, meio ambiente, mercado de trabalho, dentre outras áreas. Ainda que sejam minimizados, sua ameaça e perigo são eminentes, enrijecendo desastres e catástrofes (SANTOS, 2021).

A pandemia da Covid-19 se constitui enquanto uma catástrofe sanitária que impactou o mundo em diferentes níveis, gerando efeitos sociais, econômicos e comportamentais (Ibidem, p. 65). Além disso, a minimização ou negação da existência do vírus, como ocorreu e tem ocorrido na sociedade brasileira, implica na maximização de seus danos, principalmente quando se trata de indivíduos que são afetados pela marginalização ou vulnerabilidade socioeconômica. Num cenário de pandemia fortalecido pelo negacionismo e pela desinformação, verificamos a perda de credibilidade dos sistemas peritos quando falamos de ciência, cedendo espaço para a dúvida radical (GUIVANT e MACNAGHTEN, 2011). Conforme atuação do governo federal desde 2020, sob gestão de Jair Bolsonaro (PL), os riscos da Covid-19 foram minimizados e questionados em favor de medidas que “salvassem” a economia, não priorizando as vidas humanas e a redução das ameaças provenientes do SARS-CoV-2 (SANTOS, 2021):

sob o argumento de salvar a economia, o governo federal viu mais de 600.000 dos seus cidadãos morrerem e mais de 20 milhões serem infectados, não conseguindo manter a sua população protegida, nem a economia crescendo. Enquanto isso, diversas outras medidas foram negligenciadas pelo governo, como: investimentos no SUS para o tratamento dos infectados; compra kits de teste para rastrear os novos casos e controlar a disseminação do vírus; investimento em programas sociais de transferência de renda voltados aos mais afetados pelas paralizações das atividades; garantia do acesso à internet para os estudantes da rede pública; criação de um plano nacional para a condução da pandemia que dialogasse com as diversas realidades locais; implantação de medidas que restringissem a entrada de estrangeiros logo no início da pandemia; a conscientização da população acerca da gravidade da doença e formas para se prevenir dela, como o uso de máscara, distanciamento social e higienização; a compra de vacinas e insumos para a promoção de um plano nacional de imunização o mais rápido possível; dentre outras medidas que visassem conter novos riscos e diminuir os danos já causados pela pandemia da Covid-19 (SANTOS, 2021, p. 69).

Em vista disso, como o autor mencionado destaca (Ibidem, p. 70), a pandemia da Covid-19 marcou a história moderna pela falta de controle das manifestações da natureza, ainda que tenha havido um progresso no domínio da ciência e da técnica. Mesmo assim, foi possível perceber a imprevisibilidade e o risco epidemiológico do coronavírus, que cruzou fronteiras e matou milhões, causando graves danos também durante o processo de infecção da doença. No caso do Brasil, assistimos a ascensão de uma crise sanitária, econômica, política e social, simultaneamente (SANTOS, 2021).

O espalhamento de notícias falsas no atual contexto pandêmico foi denominado de “infodemia”, resultando em uma resposta inadequada no combate ao vírus, nos termos de Soares et al (2020). As fake news, além de manipularem a opinião pública, criam ondas de desinformação e enganam os usuários nas redes de sociabilidade online, através de suas ferramentas de compartilhamento, tais como imagens, gifs, vídeos ou mesmo textos (SOUSA JÚNIOR et al, 2020, p. 336).

Com a ascensão das mídias digitais, testemunhamos em processos consultivos populares, como eleições e plebiscito, a polarização política potencializada por canais eletrônicos que atuam na descentralização de informações, desfavorecendo, principalmente, veículos de comunicação concebidos como tradicionais e centrais na nossa esfera pública. No caso do Brasil, pode-se citar a Folha de São Paulo, G1, O GLOBO, dentre outros, que são consideradas mídias de credibilidade, submetidas às regulamentações pelo Estado. Mas, também vemos um ceticismo generalizado de públicos com relação às instituições políticas e democráticas (FERNANDES et al, 2020, p. 11). No contexto pandêmico e com a difusão de notícias falsas, isso se coaduna com o descrédito em sistemas peritos (ciência) e das instituições globais de saúde. Todos esses fatores se tornam um terreno fértil para a manipulação e a falsificação de informações precisas na atual conjuntura. Esse sintoma, somado a um universo refletido por crenças viciadas, promovido pela popularização das mídias digitais (CESARINO, 2019, p. 13), podemos denominar de “era da pós-verdade” (SANTAELLA, 2020, p. 4), em que caberia a relativização das comprovações científicas cujo discurso ganha status de “narrativa concorrente” a outras que circulam na sociedade baseadas em opiniões, como se a ciência fosse uma profissão opinativa.

Essa disputa pela “verdade”, ancorada sobretudo na desinformação, promove o ataque às instituições científicas e dissemina a ideia de que a opinião subjetiva e individual é tão valiosa tanto quanto as descobertas empreendidas pela ciência. A motivação de um negacionismo

científico que se consolida com maior vigor na internet a partir da difusão e popularização das redes sociais contraria as recomendações tecnocientíficas em períodos de pandemia. Logo, verifica-se um comportamento tendencioso com orientação ideológica contrária à saúde pública. Conforme afirmam Marques e Raimundo (2021, p. 68): “o discurso negacionista questiona o valor histórico do conhecimento científico, dos argumentos racionais e da experiência adquirida ao longo dos anos, ao defender a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor”. Assim, como os próprios autores supracitados asseveram, em conformidade com o cenário atual, o uso da mentira se tornou uma estratégia sistêmica, em que se cria dicotomias e diferentes versões sobre um mesmo fato com o objetivo de enganar a opinião pública e semear a dúvida (Ibidem, p. 69).

As tecnologias digitais, quando utilizadas como ferramentas para visibilizar negacionistas, auxiliam autoridades públicas e cidadãos ordinários a disseminarem fatos alternativos e teorias conspiratórias no atual contexto sanitário. Vemos, então, um fortalecimento das ideologias terraplanistas, juntamente com o robustecimento do movimento antivacina (OLIVEIRA, 2020, p. 22). Essas narrativas se popularizaram cada vez mais com as disputas discursivas que ocorrem nas redes de sociabilidade online. Em outras palavras, os usuários traçam uma corrida informativa para disputar e deter o poder da verdade. Bolsonaro, enquanto presidente da República, utilizou as suas redes sociais para disseminar informações inverídicas sobre a pandemia do coronavírus, fortalecendo discursos alternativos e movimentos negacionistas (FERNANDES et al, 2020, p. 13), em favor do aumento do risco sanitário de contágio, inclusive corroborando com a tese da “imunidade de rebanho”, conforme Relatório Final da CPI da Covid-19<sup>27</sup>.

Essa estratégia governamental e discursiva de Bolsonaro durante a pandemia é muito curiosa de se analisar, visto que ela evidencia o uso da ciência contra os cientistas (DUARTE e BENETTI, 2022). De modo mais claro, a batalha ideológica do presidente com autoridades científicas, sobretudo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o caracterizaria como um representante do “populismo científico”, sustentando pautas negacionistas (Ibidem, p. 98). Essa tática empreendida pelo presidente não nega a ciência ou a relevância de suas instituições e apontamentos, mas utiliza suas controvérsias públicas para criticar a “contaminação ideológica” nas pesquisas (Ibid., p. 102). Sendo assim, Edler Duarte e Rolo Benetti (2022) concluem que a narrativa construída por Bolsonaro é baseada na acusação de opositores e

---

<sup>27</sup> Relatório da CPI da Pandemia. 26/10/2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 26 out. 2021.

construção de relatos dogmáticos através de habilidades retóricas: “Tal postura assimétrica é característica do jogo de poder epistêmico intrínseco ao debate contemporâneo sobre fake news e pós-verdade, no qual política, esoterismo e desrazão são atribuídos sempre ao enunciado do outro” (DUARTE e BENETTI, 2022, p. 126).

Esse método utilizado por negacionistas e chefes de estado visa fabricar incertezas e desconsiderar a literatura científica, criando “pseudofatos” que são mascarados para parecerem fatos científicos (RAJÃO et al, 2022). Tal procedimento para influenciar políticas públicas ou regulatórias, seja no âmbito da saúde pública ou em outras áreas relevantes, não é recente em nossa sociedade. Como Rajão et al (2022) evidenciam, pequenos grupos de pesquisadores, não somente brasileiros, produzem falsas controvérsias científicas que afetam a opinião pública, influenciando, em consequência, os tomadores de decisão em espaços de poder. Seu impacto é tão expressivo na sociedade que a ideia de um dissenso na comunidade acadêmica gera, automaticamente, elementos de dúvida e incerteza perante os leigos. Com efeito, suas ramificações se estendem para a saúde pública, produzindo resultados negativos (Ibid., p. 319), principalmente em períodos de pandemia. Baseada nessas afirmações, torna-se extremamente relevante uma conscientização das práticas científicas em conjunto com a sociedade, objetivando combater a desinformação presente nas mídias sociais e as teorias da conspiração advindas de populismos de direita e esquerda que contestam as autoridades epistêmicas, mesmo quando há um consenso e encerramento em torno de uma discussão (RAJÃO et al, 2022, p. 340).

Propensas para a disseminação de pseudofatos, Facebook, Instagram e outras plataformas assumem um papel de mediadoras numa pandemia desinformativa, visto que as mídias tradicionais (como rádio e televisão) perdem a sua posição de protagonistas na entrega de informações precisas para a população. De Paula et al (2020, p. 38) nos apresenta que o número de usuários nas redes, sobretudo no Facebook, aumentou exponencialmente no cenário pandêmico, simultaneamente com o aumento de informações distorcidas nesses campos. Portanto, as plataformas online de sociabilidade se tornam os principais veículos (des)informativos dos internautas.

As mídias digitais são um terreno fértil para a disseminação de teorias conspiratórias, explorando as emoções e as crenças pessoais. Tal fato não é algo novo na sociedade, mas permanece ainda mais forte quando existem canais comunicacionais que auxiliam na dissipação célere de informações enganosas e tresloucadas. Azarias (2016, p. 47) afirma que os mitos

políticos nascem a partir de três elementos: são advindos de uma narrativa explicativa; são permeados por fantasia e irracionalidade; e incorporam um caráter político e mobilizador. Logo, movimentos sociais, candidatos da política e também autoridades públicas utilizam esses componentes para espalhar boatos depreciativos, seja em torno de um oponente ou mesmo de um assunto específico, usando o poder do mito e explorando o imaginário político de eleitores e internautas.

Além de suscitar comportamentos anticívicos, as fake news representam uma ameaça à democracia, visto que o espalhamento de notícias fraudulentas gera insegurança e a reascensão de movimentos ultraconservadores e segregacionistas (OLIVEIRA e GOMES, 2019, p. 95). Além disso, é importante salientar que a quantidade massiva e infinita de dados favorece a atuação de governos autoritários, pois se torna inviável para a população verificar as devidas informações corretas (Ibid., p. 96). Logo, as bolhas e filtros das mídias digitais nutrem cada vez mais a “zumbificação” da informação<sup>28</sup> (LEITE e MATOS, 2017, p. 2339).

As cenas de disputas discursivas que acontecem em virtude de uma crise econômica, política e sanitária aumentam a visibilidade de autoridades políticas. O acontecimento pode ser exemplificado com as opiniões dadas em redes sociais. Neste sentido, o presidente da República defendeu em seus canais de mídias digitais, vigorosamente, o afrouxamento das medidas restritivas, sendo um forte apoiador do isolamento vertical<sup>29</sup>, indo contra as recomendações das autoridades sanitárias, instituições científicas e até mesmo de veículos de comunicação neoliberais, que se propuseram a criticá-lo (ALVES et al, 2021, p. 25). Esses pesquisadores citados nos mostram que essas práticas discursivas fizeram com que as redes sociais abordassem de forma repetitiva os termos “isolamento” e “quarentena”, delimitando crenças ideológicas e embates políticos. Em vista da insistência do governo federal em ocultar dados sobre a pandemia, em 2020 tivemos uma iniciativa dos veículos de comunicação brasileiros denominada “consórcio de mídia”<sup>30</sup>, cujo objetivo foi fazer uma coleta de dados independente do Ministério da Saúde. O consórcio foi formado por UOL, G1, Folha de S. Paulo, O Estado

---

<sup>28</sup> Comportamento atrelado ao consumo e disseminação de desinformação sem reflexão crítica e ética nos meios digitais.

<sup>29</sup> Quando falamos de isolamento vertical, são recomendadas a ficarem em casa somente as pessoas do grupo de risco. No caso da Covid-19, o grupo de risco inclui idosos, pessoas diagnosticadas com diabetes, hipertensão (pressão alta), problemas cardíacos, obesidade e outras doenças que afetam os sistemas respiratório, imunológico ou neurológico. Por outro lado, jovens e indivíduos saudáveis poderiam circular livremente.

<sup>30</sup> Consórcio de veículos de imprensa completa dois anos. 08/06/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2022/06/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-completa-dois-anos.shtml>. Acesso em: 03 out. 2022.

de S. Paulo, O Globo e Extra. A junção desses grupos foi uma resposta ao posicionamento do governo federal de tentar dificultar os dados sobre a Covid.

### **3.4 O discurso antivacina em redes sociais bolsonaristas online**

A “infodemia” propiciou o revigoramento de teorias da conspiração, especialmente com o compartilhamento de links e vídeos em WhatsApp, mas também em outras redes. As teorias da conspiração, espalhadas pelo algoritmo e presentes em diversos grupos online, invadem os imaginários coletivos e levam a “verdade” alternativa. No estudo de Oliveira (2020), a pesquisadora detalha que a “Terra Plana” e a “verdade” sobre a vacina são as teorias da conspiração mais fortalecidas e compartilhadas em ambientes virtuais, desde que começou a pandemia pela Covid-19. Como forma de comprovação dos fatos alternativos, vídeos são sempre enxergados como prova. Logo, vemos um apelo ao emocional e naquilo que pode ser comprovadamente visto (audiovisual).

O papel da mídia, em sua vertente de manipulação, é um dos fatores que contribuem para que haja fatos “ocultos” sobre acontecimentos políticos e científicos. Neste sentido, os teóricos conspiratórios asseveram enfaticamente que as instituições científicas resistem ao regime da “verdade” (OLIVEIRA, 2020, p. 32). Portanto, se torna intrínseco à cibercultura o questionamento sobre os sistemas peritos, gerando o descrédito da ciência e a inquietação sobre doenças (DA COSTA, 2020, p. 22). Aqui entra a capitalização das incertezas e inseguranças das pessoas com relação aos tratamentos e as prevenções de doenças, como as vacinas, por grupos políticos descomprometidos com o bem comum: a saúde pública.

Entende-se que a mídia tem um poder crucial nesta conjuntura, visto que sempre realizou a conscientização sobre pandemias e campanhas de imunização, em conformidade com o Ministério da Saúde do Brasil e a OMS. Entretanto, há um cenário de virada interativa, ou seja, quando o receptor de informação se transforma também em um potencial emissor (des)informativo (SARAIVA e DE FARIA, 2019, p. 6). A ferramenta de replicabilidade nas redes digitais é um fator determinante para a formação de um caos informacional. Isso está estritamente alinhado com o fundamentalismo religioso, convicções filosóficas e políticas (Ibid., p. 6).

O crescimento de grupos em redes de sociabilidade online, relacionado com o descrédito da ciência e as dúvidas sobre prevenção, tratamento e imunização, robustece o movimento

antivacina<sup>31</sup>. Forma-se, então, a politização da saúde pública (MOUTINHO, 2020, p. 64), em favor de crenças ideológicas e personalidades políticas sensacionalistas, que reproduzem um discurso populista pelos conteúdos mediatizados. Oro e Alves (2020), em um trabalho de análise de conjuntura, exploraram a atuação do presidente Bolsonaro (PL) durante o primeiro ano da pandemia, em 2020, traçando a sua relação e aliança com alguns líderes evangélicos pentecostais, que resistiram e resistem aos argumentos científicos sobre o coronavírus no Brasil.

Enquanto uma aliança que foi estrategicamente construída e necessária para a eleição de Bolsonaro em 2018, os pesquisadores constataram lógicas e práticas simbólicas que politizaram a pandemia, materializada numa governabilidade que promoveu o negacionismo através do menosprezo e naturalização do vírus, tomando “a ciência como pessimismo, a mídia como motor do pânico coletivo, o cuidado como desnecessário e a doença como ‘algo de fora’ (ORO e ALVES, 2020, p. 141).

Além disso, houve a discordância das regras de distanciamento social e uso de máscaras de proteção facial, contribuindo para a rejeição das normas recomendadas pelas autoridades sanitárias, que foram enterradas por uma dicotomia da ordem do discurso político (Ibidem, p. 142). A desconfiança na ciência reforça o discurso negacionista, individualiza o cuidado e isenta o aparato estatal de sua responsabilidade frente às ações sanitárias de combate às enfermidades.

No Brasil, o início da vacinação foi marcado pelo dia 17 de janeiro de 2021 com a oferta dos seguintes imunizantes aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): Comirnaty (Pfizer/Wyeth); Coronavac (Butantan); Janssen Vaccine (Janssen-Cilag); e Oxford/Covishield (Fiocruz e Astrazeneca). A Sputnik V e Covaxin foram vacinas aprovadas apenas para importação excepcional. De acordo com o G1<sup>32</sup>, 84,66% da população foi imunizada com a 1ª dose, enquanto 79,51% dos brasileiros se vacinaram com a 2ª dose. Sobre a dose de reforço, a população total é de 48,7%.

Sintomas adversos como febre, dores no braço e possíveis outras reações são os principais elementos levantados pelos negacionistas para gerar dúvidas sobre os imunizantes

---

<sup>31</sup> O excesso de informação, que se soma às fake news presentes nas mídias digitais, resultou no aumento da audiência do movimento antivacina, que se fortalece não apenas pelas crenças pessoais e os frequentes ataques à ciência, mas também pela dúvida sobre a efetividade da vacina e os supostos eventos adversos causados por ela. A facilidade de replicabilidade de publicações nas redes sociais e as interações virtuais nas plataformas online dão visibilidade a relatos pessoais e a notícias não oficiais, prejudicando campanhas de vacinação. Observa-se, então, o fortalecimento de um discurso negacionista, prejudicando o interesse público frente a uma crise sanitária e epistêmica.

<sup>32</sup> Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. 03/10/2022. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 04 out. 2022.



contra a Covid-19 (não restrita a ela). A falta de informação correta e verificada, não somente no Brasil, faz com que haja o reaparecimento de doenças infecciosas, antes controladas pelas campanhas de vacinação previstas no Plano Nacional de Imunizações (PNI). Apesar da vacina ser cientificamente comprovada como eficaz, o medo dos eventos adversos, unido com a desinformação, poluem o ciberespaço e a esfera pública, prejudicando o ato de vacinação (NASSARALLA et al, 2019, p. 120).

Em 2019, de acordo com pesquisas de Hotez et al (2019, p. 2169), havia mais ou menos 480 websites dedicados ao movimento anticiência. Com a ascensão das mídias digitais, principalmente com o rápido compartilhamento de mensagens, esse número provavelmente deve ser muito maior. A difusão célere de fake news, além de criar uma catástrofe informacional, desequilibra o ecossistema de notícias advindas de fontes confiáveis (TASNIM et al, 2020, p. 171).

Com a digitalização das informações acerca do vírus, grupos radicais da extrema direita atacaram autoridades sanitárias e científicas, deslegitimando o isolamento social e promovendo o uso de medicamentos que não possuem eficácia contra o coronavírus, como a cloroquina e a hidroxicloroquina (BÁRBARA, 2020, p. 93). Em suas lives e entrevistas, bem como na utilização de seus canais digitais, Bolsonaro fez propaganda desses medicamentos (RICARD e MEDEIROS, 2020, p. 3), provocando um não esclarecimento da opinião pública e uma falsa solução para a crise sanitária. Sua estratégia no governo federal convergiu para uma imunidade de rebanho, incitação constante à exposição, banalização das mortes e discordância de governadores e prefeitos. Portanto, as ações e omissões revelam “o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional” (BRASIL, 2021).

Suspeitas de irregularidades cometidas pelo presidente em seu plano de atuação contra a pandemia, assim como as notícias falsas espalhadas por ele nas redes online, resultaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mais comumente conhecida como CPI da Covid, criada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (União Brasil), após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). A CPI funcionou durante um período de seis meses e seu relatório final aponta 9 crimes cometidos pelo presidente: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade (BRASIL, 2021). Seu

objetivo foi investigar as irregularidades do Governo Bolsonaro, além do desvio de verbas para estados e municípios no combate ao Sars-CoV-2 (FERRAZ, 2021).

Concebemos, assim, que a narrativa anticientífica contra os protocolos de isolamento do SARS-CoV-2 se dá em compasso com o atual processo de fragilização da democracia pelo qual estamos passando no Brasil. Nesta perspectiva, a cloroquina entra como uma controversa solução para o combate ao vírus. Consequentemente, surge um falseamento da opinião pública devido a um não esclarecimento.

O pensamento anticientífico foi identificado por Adorno (2019) ao tratar da expressividade da personalidade autoritária no contexto norte-americano do Pós II Guerra. Ao elencarem traços que caracterizam a personalidade autoritária, entre eles figuram o anti-intelectualismo acompanhado do anticientificismo. Segundo os autores,

Os altos pontuadores [da escala fascista], por sua vez, não possuem, no geral, a habilidade de questionar as informações fornecidas de modo pronto, dicotômico e simplificado, o que constitui uma defesa contra a descoberta de modificações na exterioridade percebida de forma rígida e contra a percepção de fraquezas em si mesmo. Por isso, suas explicações para fenômenos objetivos tendem a ser pseudocientíficas, ou até anticientíficas, exibindo incompletudes ou excessivas simplificações de aspectos da realidade (ADORNO, 2019, p. 58)

Em momentos de proliferação de mentalidades afeitas ao fascismo, percebemos inúmeros registros de posturas irracionalistas que se afinam à disposição para a desinformação em forma de fake news.

Com base no que foi exposto, temos como objeto de pesquisa: a disseminação de narrativas anticientíficas no caso do Covid-19 em grupos de extrema direita em redes sociais digitais apoiadas no uso de fake news. Nosso objetivo geral é entender e analisar como as fake news disseminadas por grupos de extrema direita contribuem para a narrativa anticientífica e antidemocrática e como esta se encontra ancorada em uma “formação discursiva bolsonarista”. Além do mais, pretendemos compreender como as milícias digitais agem enquanto agentes de difusão da desinformação, perseguindo pautas antidemocráticas em acordo com os valores da extrema direita. Para isso, adentraremos grupos bolsonaristas no WhatsApp e Telegram para verificar o *modus operandi* desses atores no curso de suas ações (discursos).

Podemos dizer que a tática discursiva manejada pelo governante federal, com ampla repercussão e adesão de seus seguidores, é baseada no anti-intelectualismo e no anticientificismo sobre o tema de prevenção, tratamento e imunização contra a Covid-19, tendo

dados inconclusivos de pesquisas acadêmicas e fontes desconhecidas de investigação como material para produção de sua narrativa paralela acerca da pandemia e do vírus.

### **3.5 Procedimentos metodológicos e teóricos da investigação**

A pesquisa feita contemplou a problematização do fenômeno da “patologização da esfera pública”, evidenciado pela proliferação de notícias falsas nas redes sociais digitais, cujos efeitos são devastadores para a qualidade da nossa democracia. O nosso foco esteve na atitude anticiência veiculada em interações entre integrantes de grupos de extrema direita no WhatsApp e Telegram ao se exprimirem sobre prevenção, tratamento e imunização relacionados ao Covid-19. Propomos uma pesquisa qualitativa, envolvendo compartilhamento de notícias falsas relacionadas à ciência em plataformas digitais, enfatizando os discursos sobre medicamento e vacina como dispositivos para tratamento em caso de contágio pelo vírus. Adotamos um diário de campo para caracterização de cenas e detalhamento de acontecimentos específicos, que suscitavam movimentos, ações e reações nos grupos, além de anotar possíveis impressões acerca do cotidiano dos pesquisados em seu modo de vida virtual, no período entre janeiro e setembro de 2021.

Antes de entrar em campo, plataformas como Google Acadêmico, SciELO e sites de revistas científicas foram consultadas para revisão bibliográfica acerca do tema. Veículos de comunicação como Folha de São Paulo, O Globo, Época, Exame, dentre outros, foram lidos semanalmente a fim de obter novos dados e possíveis avanços sobre questões que envolveram esquemas de fake news e disparos em massa de mensagens no momento mais crítico da crise sanitária.

Para cumprir com os propósitos desta monografia, o método de coleta de dados adotado foi o da etnografia digital (AMARAL et al, 2008), a partir do qual efetivamos a busca inicial em grupos bolsonaristas pelas palavras-chave: Covid-19, pandemia, cloroquina, ciência, isolamento social, vacina, medicamento. O cotejamento de registros semânticos marcantes do discurso anticientífico (mensagens de texto, áudios, GIFS, memes e imagens) foram de grande interesse para discutir sua afinidade com a “formação discursiva de extrema direita”.

Em termos de organização e interpretação dos dados, nos beneficiamos do método da Análise do Discurso, que consiste em uma metodologia para investigação das relações de poder dos sujeitos observados. Tais práticas discursivas possuem mecanismos de dominação intrínsecos à linguagem (CAPPELLE et al, 2003). Além disso, este método busca entender como os fluxos comunicacionais foram produzidos, explorando todo o contexto social e

histórico. Nas palavras de Gregolin (1995), o discurso é um dos pilares que gera sentido em um texto, onde o sujeito da enunciação se torna presente e externaliza o seu contexto sócio-histórico e uma semiose social, envolvendo registros ideológicos e de poder que constituem uma formação discursiva que (re)produz regimes de verdade.

Enquanto arcabouço metodológico, a análise do discurso nos apresenta que a linguagem, enquanto manifestação do ser pensante, não possui neutralidade, mas está intrínseca aos elementos simbólicos e políticos do texto. Com a existência de muitas maneiras de significação, a linguagem é concebida sem ignorar a realidade do indivíduo, ou seja, contemplando também o seu contexto social e a sua exterioridade. Orlandi (2012, p. 17) afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. Em sua obra, a autora também postula como a Linguística expressa uma não transparência da linguagem. Com seu objeto próprio, a análise do discurso possui influência do materialismo histórico, enxergando os sentidos numa concepção linguístico-histórica.

O ser discursivo, ao explicitar a sua fala, personifica a manifestação do seu inconsciente e da ideologia. Consequentemente, a análise do discurso também ganha contribuições da Psicanálise. Ao tratar sobre os elementos da discursividade, nos deparamos com os fatores chaves, conforme nos mostra a autora: emissor, receptor, código e mensagem. Todo esse quebra-cabeça se junta e forma o que denominamos de discurso (construído por interlocutores). Mais do que partes separadas, no contexto da linguagem, o emissor e o receptor dão forma ao processo de significação, expondo a sua subjetividade e a construção da realidade. A língua e a ideologia, portanto, constituem aquilo que denominamos de sujeito.

O processo discursivo, marcado pela continuidade, é estruturado pelas palavras. Esses vocábulos e termos, mesmo que tenham o mesmo significado, podem exprimir outro sentido. Orlandi (2012), por exemplo, explicita isso com o uso da palavra “terra”, que possui um significado para o indígena, enquanto o agricultor tem outra concepção. Logo, percebe-se a influência das condições de produção e do ser enunciativo ao analisarmos um texto. O enunciador, sem acesso a tudo aquilo que diz, está submetido à história, à língua e à ideologia, sendo um efeito da estrutura social da sociedade capitalista.

O texto, apesar de possuir elementos ocultos, deve ser interpretado pelo pesquisador, entendendo como os enunciados produzem sentidos. Procura-se, então, entender o não-dito naquilo que é dito. Nesta perspectiva, esta será uma das tarefas empreendidas neste capítulo, objetivando investigar os elementos ideológicos e dotados de significação em grupos de

extrema direita em redes sociais digitais, levando-se em conta, conseqüentemente, as narrativas antidemocráticas e anticientíficas no contexto da pandemia da Covid-19.

Durante o tempo de investigação, nos apropriando da etnografia virtual (AMARAL et al, 2008), adentramos em grupos bolsonaristas no WhatsApp e Telegram. Com relação à primeira rede social, dois grupos foram observados: “Brasil Bolsonarista” e “Patriotas de Direita”. Por outro lado, na segunda plataforma, foram explorados três canais de comunicação: o grupo oficial do presidente Bolsonaro, que tem o principal objetivo de divulgar os feitos e ações futuras do governo federal; “Canal Direita da Opressão”; e, por fim, “Direita Realista”.

“Brasil Bolsonarista” é composto por 189 membros, incluindo seus cinco administradores<sup>33</sup>. O acesso foi concedido através de link compartilhado e apenas administradores estão autorizados a enviar mensagens, ou seja, membros não possuem a liberdade de compartilhar conteúdo. Suas publicações têm um teor principalmente comunicativo, abordando notícias cotidianas e advindas do *Portal Novo Norte*. Sua foto de capa é uma imagem de Bolsonaro discursando. O registro de sua criação data de 19/09/2019. Em sua descrição, a seguinte mensagem é destacada: “este grupo é focado no compartilhamento de notícias. Somente administradores podem postar para manter o foco e evitar esquerdistas infiltrados. Compartilhe as notícias que receber. Compartilhe o link para seus amigos e contatos e ajude a fortalecer nossa rede.”

“Patriotas de Direita” contém 28 participantes, contando com um administrador<sup>34</sup>. Sua criação foi registrada em 10/06/2020. Em sua descrição, uma mensagem de apoio ao governo federal é compartilhada: “o grupo foi criado com o objetivo de divulgar notícias verdadeiras relacionadas ao presidente Bolsonaro. Notícias que não se veem na mídia extrema! São admitidos memes desde que não sejam ofensivos, pornográficos ou desrespeitosos aos demais participantes”. Apesar do número pequeno de membros, há mais de mil documentos, links e mídias compartilhados, de acordo com os dados do próprio WhatsApp. Ao observar publicações antigas, pode-se encontrar links de lives realizadas por Bolsonaro, que geralmente são feitas às quintas-feiras pelo seu canal do Youtube. Textos abordando religião, contendo elementos como “Deus”, “bíblia” e “apocalipse” também são comuns.

---

<sup>33</sup> Informação obtida em janeiro de 2021.

<sup>34</sup> Informação obtida em janeiro de 2021.

No telegram, o canal oficial de comunicação de Jair Messias Bolsonaro possui 933.621 inscritos<sup>35</sup>. A plataforma, para o chefe do executivo federal, funciona como uma lista de transmissão, enviando, para os seus eleitores ou para qualquer pessoa que esteja inscrita, as ações do governo nos últimos meses e dias, abordando diferentes temas, como infraestrutura, saúde, segurança pública, educação, dentre outros. Em janeiro de 2021, quando nos tornamos efetivamente membros, pudemos observar notícias sobre a Covid-19 abordando a imunização, a compra de vacinas e medicamentos, além de outras temáticas, como pactos bilaterais com outros países e repasses de recursos para os entes federativos.

Com base no material encontrado, é possível afirmar que o presidente tentou mostrar em seus canais digitais que estava combatendo a pandemia. Não obstante, em alinhamento geopolítico com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Bolsonaro defendeu o isolamento vertical e a minimização do vírus, entrando em conflito especialmente com a Organização Mundial de Saúde (DE LIMA FONTES et al, 2020, p. 2). Em posts sobre ciência, tecnologia e inovação, há uma “defesa” da comunidade científica, contanto que seja na área de empreendedorismo. Finalmente, quando se trata de vacinação, não há um teor de obrigatoriedade na imunização dos indivíduos. Na verdade, Bolsonaro trata isso de forma opcional, sendo uma decisão individual do cidadão. Em contrapartida, o governante federal desencorajou a vacinação, dizendo que algumas pessoas poderiam “virar jacaré”<sup>36</sup>, caso optassem por se imunizar contra a doença do Covid-19.

“Direita da Opressão”, com um número menor de inscritos, possui 2.936 participantes<sup>37</sup>. Em sua descrição, um perfil de Instagram é compartilhado, objetivando um engajamento em suas publicações, influenciando os membros a seguirem. Em suas mídias, há materiais que não apoiam a vacinação, asseverando que os imunizantes não dispõem de utilidade para os cidadãos. Ao mesmo tempo, informativos sobre a percentagem da população vacinada são compartilhados. De um modo geral, os inscritos não aprovam as medidas de isolamento social, em conformidade com o discurso adotado pelo governo federal, declarando que as ações de quarentena prejudicam a economia, gerando uma alta taxa de desemprego. Sobre a hidroxiquina, há mensagens que defendem o uso do medicamento, comunicando que há uma eficácia no combate ao vírus.

---

<sup>35</sup> Informação obtida em setembro de 2021.

<sup>36</sup> Declarações polêmicas de Jair Bolsonaro durante seu mandato no Brasil. 28/09/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/09/28/declaracoes-polemicas-de-jair-bolsonaro-durante-seu-mandato-no-brasil.htm>. Acesso em: 03 out. 2022.

<sup>37</sup> Informação obtida em janeiro de 2021.

Por fim, “Direita Realista” tem 93 inscritos em seu canal no Telegram<sup>38</sup>. A sua formação se ancora na fuga de veículos comunicacionais “esquerdistas”. Assim como em outras comunidades virtuais conservadoras, as medidas de isolamento social são atacadas, bem como figuras públicas políticas que se colocam como oposição do Governo Bolsonaro. João Doria (PSDB), ex-governador de São Paulo, foi um dos principais alvos desses atores sociais, que desfiguraram ataques e palavras de ódio em suas mídias digitais.

Ao realizar uma busca por palavras-chave nos grupos, nos deparamos com uma quantidade expressiva de publicações que se apoiam, sobretudo, no discurso do governo federal, responsabilizando os Estados brasileiros e conseqüentemente os governadores pela “má” condução da pandemia. Os seguintes termos foram pesquisados: Covid-19, pandemia, cloroquina, ciência, isolamento social, vacina e medicamento. Os discursos públicos online afirmam enfaticamente que a economia é a prioridade máxima. A principal razão para isso é que a população não deve perder os seus empregos, como é constatado a seguir: “para muitos, a pandemia tem sido um tanto lucrativa. Enquanto são auxiliados pelo governo federal, alguns governadores e prefeitos seguem adotando ações irresponsáveis, com conseqüências nefastas para o país, como o endividamento da União, o desemprego e a inflação”.

Ao organizar as codificações dos conteúdos discursivos sobre medidas de combate à pandemia da Covid-19 que prevalecem nos grupos bolsonaristas investigados, chegamos a três registros temáticos: prevenção, tratamento e imunização.

No eixo de prevenção contra o coronavírus prevalece e é dissipado no ambiente online um conteúdo que enfraqueceu as medidas de advertência e cautela em relação ao vírus. Ao evocar um dos materiais encontrados nos grupos pesquisados, citados em seções passadas deste trabalho, podemos destacar a seguinte notícia, amplamente compartilhada em sítios bolsonaristas: “professor da UFPE desfaz falácia do lockdown e expõe os perigos do isolamento social”. Ao ler o texto publicado, que está hospedado no portal “Direita.Tv”<sup>39</sup>, é afirmado que medidas como lockdown e isolamento social exibem perigos para a sociedade, asseverando que esse modelo de política tem tendência a aumentar o número de mortes. Intrigante citar também que o portal se refere ao coronavírus como “peste chinesa”, robustecendo comportamentos

---

<sup>38</sup> Informação obtida em janeiro de 2021.

<sup>39</sup> PROFESSOR DESFAZ FALÁCIA DO LOCKDOWN E EXPÕE OS PERIGOS DO ISOLAMENTO SOCIAL. 14/01/2021. Disponível em: <https://www.direita.tv/falacia-lockdown-perigos-isolamento-social/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

xenofóbicos entre os leitores. O “estudo”, que não foi publicado em nenhuma revista científica e nem revisado por pares, foi amplamente compartilhado por veículos legalistas.

Além disso, uma das justificativas apontadas para que o artigo não tivesse sido publicado em nenhum periódico acadêmico foi justamente o “boicote” adotado pela coletividade científica, além da invisibilidade da mídia *mainstream*. Percebemos como é indispensável para os sujeitos produtores de notícias falsas citarem um pesquisador ao publicar dados equivocados e inverídicos sobre a pandemia. Não se restringindo somente a essa figura, órgãos e instituições de relevância também são elementos essenciais para validar narrativas negacionistas (SOUZA, 2020, p. 13). Sendo assim, nota-se o nome da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em evidência no título da matéria, vinculada com a imagem do docente, que é professor associado da instituição. Essa estratégia de evocar vozes de especialistas confere credibilidade aos discursos, exibindo seriedade e competência nas publicações. Isto é, prevalece no processo de comunicação um acordo implícito sobre quem é a voz autorizada ou não.

Em estudo empreendido por Christian de Matos (2020), explorando o banco de dados do Ministério da Saúde sobre as notícias falsas da pandemia, ele destaca que quando se abordava o uso de máscara de proteção facial pelos indivíduos, havia, simultaneamente, práticas discursivas afirmando que a peça não tinha qualidade ou já estava contaminada, caso fosse proveniente da China. O autor aqui citado também abordou as falácias relacionadas ao álcool em gel, em que foi possível verificar as seguintes declarações: “Álcool em gel é a mesma coisa que nada”; “Utilizar álcool em gel nas mãos para prevenir coronavírus altera bafômetro nas blitzes” (MATOS, 2020).

Ademais, Matos (2020) também verificou a preponderância de notícias e recomendações equivocadas de bebidas quentes e chás medicinais contra o vírus, que se assentaram sobretudo no conhecimento tradicional popular difundido entre o senso comum, objetivando evitar a contaminação ou até mesmo o alívio dos sintomas em caso de infecção. Mas, como o próprio pesquisador observa, em consonância com o que foi esclarecido pelo Ministério da Saúde (MS) (Ibidem, p. 81), não foi comprovada a eficácia de nenhum recurso terapêutico que possa prevenir a infecção pelo coronavírus, seja substância, medicamento, vitamina ou alimento específico. À época, o próprio MS, em sua página, fez um esclarecimento



sobre uma notícia falsa que afirmava que o chá de limão com bicarbonato quente tinha o potencial de curar o coronavírus<sup>40</sup>.

Fundamentado neste mesmo alicerce, Neto (2021) constatou que a desinformação em torno do uso de Produtos Naturais durante a pandemia da Covid-19 foi um dos assuntos mais comentados quando se fala em fake news. Como o autor afirma, a expansão do tratamento por medicamentos fitoterápicos<sup>41</sup> se apoia na ideia de que o “natural não faz mal” (Ibidem, p. 10). Logo, o uso do alho, boldo, erva doce, jambu e até mesmo óleos essenciais foram algumas das evidências empíricas encontradas nesse eixo como procedimento de prevenção contra o coronavírus, mas que não apresentaram, em estudos científicos, resultados promissores e eficientes para sua devida utilização (NETO, 2021, p. 27).

Quando analisamos os dados empíricos que versam sobre o tratamento contra o coronavírus, acessamos notícias que promoveram o uso da hidroxicloroquina para pacientes infectados. Neste sentido, a seguinte chamada foi publicada no grupo “Canal Direita da Opressão” no Telegram: “Facebook admite que ‘cometeu um erro’ ao censurar hidroxicloroquina”<sup>42</sup>. Em seu conteúdo, a autora da publicação alega que a rede social revisou sua política sobre o que considera desinformação e, além disso, citou fontes científicas para defender o uso do medicamento, como bancos de dados dos Estados Unidos e a Universidade do Texas, sendo que um docente da instituição é mencionado para tratar das possibilidades da cloroquina como via de tratamento precoce. Mais uma vez, percebe-se a presença de nomes ou citação de especialistas em fake news para atrelar credibilidade aos argumentos expostos (SOUZA, 2020).

Outro levantamento a ser aqui reportado foi sobre a atuação do prefeito de São Lourenço em Minas Gerais, Walter José Lessa (PTB). Em matéria publicada em março de 2021<sup>43</sup>, Lessa

---

<sup>40</sup> Chá de limão com bicarbonato quente cura coronavírus. 03/04/2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/fakenews/46652-cha-de-limaocom-bicarbonato-quente-cura-coronavirus-e-fakenews>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

<sup>41</sup> De acordo com o Ministério da Saúde, medicamentos fitoterápicos são aqueles obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas ativas vegetais, cuja segurança e eficácia sejam baseadas em evidências clínicas e caracterizados pela estabilidade de sua qualidade. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N° 26, DE 13 DE MAIO DE 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026\\_13\\_05\\_2014.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026_13_05_2014.pdf). Acesso em: 29 de agosto de 2022.

<sup>42</sup> Facebook admite que “cometeu um erro” ao censurar hidroxicloroquina. 30/01/2021. Disponível em: <https://lifestyle.r7.com/patricia-lages/facebook-admite-que-cometeu-um-erro-ao-censurar-hidroxicloroquina-29062022>. Acesso em: 19 fev. 2021.

<sup>43</sup> Cidade mineira não tem um único doente internado por covid-19. 15/03/2021. Disponível em: <https://revistaoste.com/brasil/cidade-mineira-nao-tem-um-unico-doente-internado-por-covid-19/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

destacou que a experiência da saúde municipal foi exitosa, graças ao tratamento precoce com azitromicina, dexametasona, ivermectina, vitamina D e zinco, ocorrendo muitas vezes antes do resultado do exame de Covid-19. Telma Rocha et al (2020) vão reiterar que houve um uso estratégico da medicação como manipulação e jogos de interesse do governo federal atual. Apesar da publicação intensa de estudos nacionais e internacionais atestando a ineficácia dos medicamentos supracitados para o tratamento do coronavírus (Ibidem, p. 310), ocorre o robustecimento da descrença e do ceticismo frente às comprovações científicas.

Silva e Júnior (2021) realizaram um trabalho bastante preciso sobre as estratégias discursivas e os jogos de verdade que foram feitos sobre o uso da cloroquina no combate à Covid-19. Os pesquisadores notaram, então, “verdades” falseadas com o objetivo de sustentar interesses ideológicos e pessoais, desconsiderando a saúde populacional. Nessa conjuntura exibida, o medicamento sofreu uma politização e foi responsável pelo perigo e ameaça de morte que inúmeros pesquisadores sofreram, ao divulgarem a ineficiência do remédio contra o SARS-CoV-2<sup>44</sup>. Mesmo assim, o fármaco continuou sendo considerado por muitos seguidores do presidente Bolsonaro (PL) como um “elixir da cura” (SILVA e JÚNIOR, 2021, p. 62). Por conseguinte, instalou-se uma guerrilha discursiva definida por interesses políticos, em que de um lado há os defensores da cloroquina e, do outro, a oposição, que “oculta a verdade verdadeira” (Ibidem, p. 68). Logo, uma política anticientífica foi consolidada, atestando também a politização da pandemia, mencionada anteriormente.

No tocante à imunização, coletamos dados interessantes que reforçam a desinformação e negação da vacina contra a Covid-19, sobretudo se o imunizante for originário da China (em referência à Coronavac, desenvolvida pela companhia biofarmacêutica chinesa Sinovac Biotech). No grupo do WhatsApp “Brasil Bolsonarista”, os membros compartilharam inúmeras postagens afirmando que a vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac Biotech não apresentava muita eficácia, pois a percentagem girava em torno de 28% e 50,38%. Entretanto, segundo o Instituto Butantan<sup>45</sup>, laboratório responsável pelos testes no Brasil, a CoronaVac passou por etapas bastante rigorosas e exibiu na fase 3 uma eficácia global de 62,3% e eficácia contra casos moderados e graves de 83,7% a 100%. Mesmo assim, informações enganosas e

---

<sup>44</sup> Cientistas brasileiros vivem pesadelo em meio à politização da cloroquina. 25/05/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-25/cientistas-brasileiros-vivem-pesadelo-em-meio-a-politizacao-da-cloroquina.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>45</sup> CoronaVac provou sua eficácia contra Covid-19 no estudo clínico mais criterioso, feito com profissionais de saúde durante pico de casos. 20/04/2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/coronavac-provou-sua-eficacia-contr-a-covid-19-no-estudo-clinico-mais-criterioso-feito-com-profissionais-de-saude-durante-pico-de-casos>. Acesso em: 31 ago. 2022.

falsas sobre o imunizante foram compartilhadas nesses espaços. Ademais, durante o tempo de observação, verificamos que um link do Portal Novo Norte circulou entre os internautas do “Brasil Bolsonaro”, comunicando que 13 pessoas sofreram paralisia facial após se imunizarem contra o coronavírus<sup>46</sup>.

No Telegram, em “Canal Direita da Opressão”, uma publicação afirmou que a vacina não garante imunidade, não impede a morte, não elimina o vírus e não evita a transmissão, “então para quê tomar a vacina?”. Essa sequência discursiva é similar ao que Moraes e Holanda (2021) encontraram em sua pesquisa: “A picada previne infecção? Não. A picada previne transmissão? Não. A picada previne mortes? Não. Então passaporte sanitário não é sobre saúde, é sobre controle” (Ibidem, p. 12). De acordo com as pesquisadoras, o uso de interrogações nessas perguntas não é para expressar uma dúvida ou esperar por uma resposta, “mas para marcarem e impedirem àqueles a quem se fala a possibilidade de poder negar ou mesmo responder” (MORAES e HOLANDA, 2021, p. 12). Assim, as perguntas retóricas simulam uma participação do sujeito-leitor numa ordem discursiva sobre a ineficácia da vacina (Ibid., p. 12).

Pasinatto (2021) analisou o impacto das sequências discursivas contra a vacinação no Facebook, constatando o espalhamento da desinformação, o descrédito da ciência, e a interferência na decisão dos indivíduos no ato de se vacinar. No corpus investigado em seu trabalho, ela verificou que uma fake news intensamente compartilhada sobre a imunização afirmava que as vacinas contra a Covid-19 não eram seguras e tinham o potencial de “modificar o DNA dos seres humanos”, ou seja, uma nova espécie poderia nascer como resultado dessa modificação (Ibidem, p. 290). Essa assertiva, que foi retirada de um texto compartilhado na rede social citada acima, segundo Pasinatto (2021), obedeceu ao formato de uma notícia jornalística, incorporando padrões de texto, layout, título, lead e intertítulo, dificultando a percepção de que se tratava de uma fake news. O título da postagem que a pesquisadora analisou foi “Vacina Covid-19 acelerada altera o DNA humano, transforma as pessoas em propriedades geneticamente modificadas” (Ibid., p. 291). De acordo com a autora (PASINATTO, 2021), o enunciado está construído por dois verbos no indicativo, o que aponta um grau de certeza sobre aquilo que está sendo informado. Novamente, o uso de termos científicos legitima as informações que estão sendo passadas:

Nesse sentido, as estratégias de fazer-se parecer com o formato e o texto jornalístico e de usar designações e termos científicos na postagem corroboram para o efeito-verdade, que surge da subjetividade do sujeito leitor. Ao revestir-se do discurso

---

<sup>46</sup> A matéria foi retirada do site meses depois, por isso não será referenciada neste trabalho.

jornalístico, o texto ganha ilusão de unicidade, a qual garante efeito de transparência da linguagem (Ibidem, p. 292).

Com base nesse material, é possível afirmar que as disputas discursivas no atual contexto pandêmico estão perpassadas por ideologias e crenças, inseridas em uma dada conjuntura histórica, em que o negacionismo e o anticientificismo se fazem presentes e nutrem a agitação bolsonarista. Tal agitação encontra repercussão através do sensacionalismo e distorção de notícias, em que é possível notar a formação de um discurso paralelo às versões oficiais a partir de uma intertextualidade, que promove uma virada semântica em favor de narrativas conspiratórias, baseadas em vídeos e links de redes sociais.

A manipulação midiática, fortalecida por essa agitação bolsonarista, insere a ciência e as autoridades epistêmicas como difusoras de mentiras, enquanto os agitadores da extrema direita se colocam como resistência do “regime da verdade”. As pseudoinformações conseguem angariar apoiadores para o negacionismo, ideologizando a saúde pública e interferindo no processo de imunização dos indivíduos. Sendo assim, sob a construção de uma perspectiva maniqueísta, o caos informacional e o discurso de ódio são instaurados.

Nos termos de Renato Lessa (2020, p. 49), o *homo bolsonarus* é um “homem novo” dos tempos distópicos, com hábitos e características de um animal artificial, dominado pela assimetria fixa da história brasileira entre os sujeitos, materializado numa criatura jovem. Seu maior objetivo é devolver a sociedade ao seu estado de natureza, em que as interações humanas são governadas pelas vontades, instintos e pulsões, ao mesmo tempo em que a mediação nas relações sociais é mínima ou mesmo inexistente. Seus principais atributos se concentram na ação direta, intimidação, horror à mediação e na índole libertária. Uma liberdade que não admite regulação ou controle social, como se democracia fosse antagônica a qualquer tipo de regulamentação.

Suscetíveis a uma propaganda antidemocrática também, os agitadores pleiteiam a mudança do status quo. Guiados por um líder, emoções e comportamentos irracionais se tornam predominantes. O sentimento de descontentamento com a realidade é o principal elemento mobilizador para com os discípulos. Bolsonaro, enquanto dirigente e porta-voz da sua audiência, se coloca como um político que entende que a mudança social deve ser feita. Ao mesmo tempo, se impõe como um homem do povo, mediano. De acordo com Lowenthal e Guterman (2021, p. 9), as soluções do agitador para com os problemas nacionais são incongruentes e chocantes, como é possível perceber no plano de governo e também na atuação do atual presidente da República.

Ao utilizar os medos vagos e desejos de mudança radical, os propagadores fascistas se sustentam através de quatro pilares: descontentamento; oponente; movimento; e líder. Com atividades difusas, o agitador se destaca dentro da própria audiência, ressaltando o seu sofrimento com relação à sociedade e influenciando a liberação de sentimentos irracionais. Como audiência, os seguidores são frequentemente incitados a possuírem apenas um comportamento de receptividade, fortalecendo atitudes de subserviência.

O padrão da propaganda fascista, como constata Adorno (2015, p. 154), é transformar os seguidores em verdadeiras multidões violentas, sem um motivo político específico. Os indivíduos, mobilizados pela psicologia das massas, se convertem em reféns dos desejos do demagogo fascista – sendo este o vínculo que os une. O líder, independentemente de ser mandatário ou não, cria uma imagem de pai, podendo ser amoroso ou autoritário. Essa figura é extremamente importante dentro da propaganda fascista, pois além de engrandecer o “eu” do grupo, cria um elo de identificação entre os fiéis. Levando-se em conta que o fascismo não constrói uma multidão de agitadores através de argumentos racionais, sua propaganda é orientada psicologicamente por uma natureza libidinal, movida pela manipulação (Ibid., p. 185).

### **Considerações finais**

Este trabalho parte da preocupação comum entre vários pesquisadores sociais com as ameaças a regimes democráticos liberais em que ganha bastante acento a proliferação de uma ontologia emocional pautada em sentimentos morais como ódio, ressentimento, desprezo pela diversidade e diferenças que são combustíveis para deformações do processo e convívio democrático. Um dos sintomas preocupantes do esgarçamento das instituições democráticas, como a liberdade de expressão, é a proliferação de notícias falsas em redes sociais online e offline que enviam informações e dados que são relevantes para o debate público de temas de interesse de coletividades. A desinformação promovida pelas fake news polui as mídias sociais corroborando para o fenômeno da chamada patologização da esfera pública contemporânea. Neste sentido, uma das evidências de manifestações de patologias comunicacionais está na apropriação de agentes da extrema direita ou direitas radicalizadas de mídias sociais em que se fabricam e se disseminam informações inverídicas com propósitos de manipulação ideológica a serviço do autoritarismo de lideranças políticas.

Em vista do exposto nesta monografia, foi observada a existência de grupos autoritários em redes sociais que objetivam disseminar o ódio, a raiva e a perseguição virtual, utilizando frequentemente o anonimato proporcionado pela internet para esconder seus rostos. A liberdade

de expressão, possibilitada por um regime democrático, é usada como brecha para perseguir, marginalizar e estigmatizar grupos minoritários da sociedade. As fake news, partes integrantes de uma indústria monetária e maliciosa, contribuem para um ambiente online polarizado, fortalecendo, assim, o sensacionalismo e o personalismo que se concentram em figuras públicas políticas da extrema direita.

O ataque aos direitos humanos, à mídia tradicional, às instituições democráticas, a sistemas peritos se torna algo bastante comum entre os “agitadores fascistas”. É através da democracia que esses indivíduos expressam o seu ódio contra a pluralidade de opiniões e a diversidade. A popularidade das mídias digitais e a inserção destas no cotidiano da sociedade revigora o desenvolvimento de uma esfera pública digital onde há espaços nos quais não se discute, isto é, não há práticas comunicacionais dialógicas, mas injuriosas. Nesta perspectiva, constatamos o avanço da “patologização da esfera pública”. Como consequência disso, o debate público é comprometido e os princípios da democracia se esvaziam.

Inseridos num contexto sociotécnico, na era da conectividade, verificamos a ascensão de agitações bolsonaristas com apoio de tecnologias digitais agindo em comunidades virtuais animadas por discursos disruptivos em relação à ordem social democrática. O advento das TIC's, além de propiciar uma quantidade ilimitada de informações, populariza a troca de mensagens instantâneas, que são feitas por diversas plataformas, como WhatsApp, Telegram, Twitter, dentre outras. Esses canais de comunicação são movidos pelo algoritmo e personalizam gostos, opções e afetos, criando verdadeiras bolhas sociais virtuais. O surgimento do ciberespaço viabilizou o espalhamento de notícias falsas, consolidando a ascensão de grupos sociais conservadores e antidemocráticos, que promovem, em diferentes ocasiões, como vimos no contexto sanitário, narrativas anti-intelectualistas e anticientíficas.

O caos informacional no ambiente virtual não é algo novo, mas se intensifica numa crise sanitária – alimentando a infodemia, principalmente, quando posturas irracionalistas angariam uma quantidade maior de audiência. Além do apoio de usuários online, o discurso negacionista também é robustecido por autoridades públicas políticas, que auxiliam no compartilhamento de fatos alternativos e teorias conspiratórias, questionando, inclusive, a eficácia de medidas de combate à crise sanitária.

Os impactos negativos causados pelos agitadores da extrema direita no ciberespaço têm feito órgãos governamentais e outras instituições tomarem decisões mais rígidas a respeito das plataformas de sociabilidade, alterando normas e regulamentos de convívio virtual e postagem

de conteúdo. De qualquer modo, ainda que o Poder Judiciário e governos de vários países tenham avançado na discussão de combate à desinformação, durante pleitos eleitorais ou momentos críticos, como a pandemia da Covid-19, ainda não conseguimos combater com êxito os efeitos corrosivos desse fenômeno. Entretanto, espera-se que esta monografia contribua de alguma forma para a sociologia política e digital, trazendo um aporte analítico do modus operandi dos “agitadores bolsonaristas”, que espalham diariamente notícias falsas e fraudulentas em redes sociais numerosas. A fim de suscitar o debate público, é necessário discutir uma alfabetização digital entre os usuários e consumidores de conteúdo online, em termos de uma educação para usos e apropriações de mídias digitais, questionando fontes “alternativas” e verificando fontes de informações confiáveis.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Carla Luzia de. O DIGITAL COMO ARQUÉTIPO DO REAL: HOMOFOBIA E SEXISMO 2.0. **Anais do VII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**, Goiânia, p. 732-743, 2014.

ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ALVES, Wedencley; PIMENTA, Denise Nacif; ANTUNES, Michele Nacif. Cenas discursivas da pandemia de Covid-19: o discurso sobre o isolamento social na imprensa. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, 2021.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação social. **Famecos**, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dez. 2008.

ANTUNES, Bruno. A Internet de Pessoas: a Web 3.0, a Exposição dos Usuários nas Mídias Sociais e a Polarização de Ideias na Rede. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 20 n.20, p. 191-203 jan/dez. 2016.

AZARIAS, Wiverson. Não confie em ninguém-Teorias da Conspiração como Mitologia Política. **Revista Alabastro**, v. 2, n. 6, p. 45-51, 2016.

AZEVEDO, A. C. (2021). Fake News e as Eleições Brasileiras de 2018: O Uso da Desinformação como Estratégia de Comunicação Eleitoral, **Revista Más Poder Local**, Vol. 44, pp. 81-108.

BAPTISTA, João. Ethos, pathos e logos. Análise comparativa do processo persuasivo das (fake) news. **Eikon - Journal on Semiotics and Culture**, v. 1, n. 7, p 43-54, 2020.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. Da fosfoetanolamina à cloroquina: notas sobre a politização da ignorância. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (organizadores). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. – São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 91-95.

BARBON, Júlia; ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Sede do Porta dos Fundos é atacada com coquetéis molotov no Rio. **Folha de S. Paulo**, 24 de dez. de 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/sede-do-porta-dos-fundos-sofre-ataque-a-bomba-na-vespera-do-natal.shtml>>. Acesso em: 25 de dezembro de 2019.

BARBOSA, V. **A ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA DE JOVENS NO COMBATE ÀS FAKE NEWS: UM SÉRIE DE PODCASTS CONTRA A DESINFORMAÇÃO**. Monografia (Bacharelado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 37, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.

BOBBIO, N. Populismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, n.50, p. 111-119, 2020. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie2020\\_05\\_26\\_14\\_12\\_19.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf)> Acesso em: 22/07/2022.

BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. 1973. In: Thiollente M.J.M. **Crítica metodológica. Investigação social e enquete operária**. São Paulo: editora Polis, 198.

BRAGA, R. M. C. A Indústria das Fake News e o Discurso de Ódio. In: PEREIRA, R. V. (org.) **Direitos Políticos, Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio**. Belo Horizonte: IDDE, 2018. p. 203-220.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório Final da CPI da Covid**. Disponível em: <[http://estaticog1.globo.com/2021/10/26/relatorio\\_final\\_26102021\\_12h40.pdf?\\_ga=2.68678162.2058772730.1635879735-177265417.1634406998](http://estaticog1.globo.com/2021/10/26/relatorio_final_26102021_12h40.pdf?_ga=2.68678162.2058772730.1635879735-177265417.1634406998)>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 27 set. 2022.

CADORE, Marcelo. **Bolsonarismo: uma história do conceito**. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 80, 2021.

CAPPELLE, M. et al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n.1, p. 69-85, 2003.

CAVALCANTE, Julia Gomes. **O Fenômeno da Desinformação como Desafio Democrático: um Estudo à Luz da Doutrina de Jürgen Habermas**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, p. 87, 2019.

CESARINO, Letícia. 2019. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. *Anais eletrônicos da VII ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, Florianópolis (SC).



\_\_\_\_\_. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **internet&sociedade**, v. 1, nº 1, pp. 91-120, 2020.

CHAMMA, Letícia. **O FENÔMENO DO POPULISMO DIGITAL: OS NOVOS MEDOS E A MASSA DIGITAL NO GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista em Franca. São Paulo, p. 88, 2020.

CHAUÍ, M. S. (2000) Brasil – **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

DA COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues. ONDE ESTAMOS? CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 8, p. 22-35, 2020.

DANTAS, Monica Lucia Gomes; NETO, André de Faria Pereira. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook “Rio sem Homofobia-Grupo Público”. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, 2015.

DA SILVA, Francisco Vieira; DA SILVA JÚNIOR, Joseeldo. O ELIXIR DA CURA SOB SUSPEITA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE FAKE NEWS SOBRE A CLOROQUINA CHECADAS PELA AGÊNCIA LUPA. **Revista Prâksis**, v. 2, p. 51-72, 2021.

DE LIMA FONTES, Francisco Lucas et al. Alinhamento geopolítico entre os governos americano e brasileiro quanto ao uso da cloroquina/hidroxicloroquina: repercussões no enfrentamento da covid-19. **International Journal of Health Management Review**, v. 6, n. 2, 2020.

DE LIMA SANTOS, Jackson Paulo. **PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL, SOCIEDADE DE RISCO E A CONDUÇÃO DO GOVERNO FEDERAL**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba. Santa Rita, p. 81, 2021.

DE MATOS, Rafael Christian. Fake news frente a pandemia de COVID-19. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 78-85, 2020.

DE PAULA, Fabio Rocha; DA SILVA MELLO, Marcia Gomide. Análise de Redes Sociais: a formação de grupos do Facebook frente à epidemia da COVID-19 no Brasil. **VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde**, v. 32, n. 1, p. 32-42, 2020.

DUARTE, Daniel Edler; BENETTI, Pedro Rolo. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, v. 24, n. 60, pp. 98-138, 2022.

FERNANDES, Carla Montuori et al. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5317-e5317, 2020.

FERRAZ, Adriana. Monitor da CPI da Covid: entenda as investigações. **Estadão**, 27 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,monitor-da-cpi-da-covid-siga-as-investigacoes-do-senado,1165610>>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.

FREITAS, A. **Regulação de Algoritmos das Redes Sociais: Considerações Acerca dos Efeitos da Segregação de Usuários**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, p. 62, 2019.

GOMES, Thiago Freire Andre. **Agências de checagem e o trabalho de combate à desinformação: um estudo de caso dos projetos comprova e fato ou fake**. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 79. 2019.

GOMES, Wilson. DEU TILT NA ESFERA PÚBLICA? **Compolítica**, 3 de ago. de 2020. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/especial-coronavirus-17/?fbclid=IwAR0-VVce4HhZW77iqoI6tzTugHTm0vtFZbNJblguskAQU0J8Gb1gwpYDI98o>>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

GREGOLIN, M. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 39, 1995.

GUIVANT, Julia S.; MACNAGHTEN, Philip. O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 2, pp. 89-104, 2011.

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, pp. 95-112, abr. 2001.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa; com prefácio à edição de 1990**. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. 1997. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. v. 2.

HOTEZ, Peter et al. The physician-scientist: defending vaccines and combating antiscience. **The Journal of clinical investigation**, v. 129, n. 6, p. 2169-2171, 2019.

INDURSKY, Alexei Conte. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 14, p. 150-162, 2020.

LAGE, Leandro Rodrigues; SARAIVA, Luiziane Silva. Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. **Revista ECO-Pós**, v. 24, n. 2, p. 124-150, 2021.

LATTMAN-WELTMAN, F. (2015). “Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante”. In: *Anais do VI Encontro da Compolítica*, PUC-Rio, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2017). “Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!)”. In: C.J.Napolitano, M.M.Vicente & M.C.Souares (Eds.), **Comunicação e cidadania política**, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.

LEAL, S. A. G.; VIANNA, G. Divulgação pública de controvérsias científicas: o caso da vacina BCG contra tuberculose no Brasil. **Controversias y Concurrencias Lationamericanas**, v. 5, p. 67-96, 2013.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares; MATOS, José Cláudio Morelli. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. p. 2334-2349, CBBB 2017.

LESSA, Renato. “Homo bolsonarus. De como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira”. **Serrote**, Edição Especial,

julho de 2020. Disponível (on-line) em <https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serroteeducacao-especial/>.

LIMA, Fábio B. Entre bolhas e grietas: a polarização político-ideológica nas redes sociais. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 67, p. 63-81, jul./dez. 2020.

LOPES, Henrique Vieira; ALVES, Otília Paiva Nunes; ALVES, Sergio Roberto Jorge. Internet, redes sociais e a construção do debate das minorias. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 44674-44682, 2020.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n. 4, p. 37-57, 2014.

LOUREIRO, E. “**Isso a Globo não mostra**”: convocações afetivas ao consumo de fake news e descredibilização da grande mídia nas eleições 2018. Dissertação (mestrado) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo. São Paulo, p. 182, 2020.

LOWENTHAL, Leo; GUTERMAN, Norbert. **Prophets of deceit: A study of the techniques of the American agitator**. Verso Books, 2021.

LUBENOW, Jorge Adriano. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva epistemológica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 22, p. 84-104, 11, 2013.

Machado, J.; Miskolci, R. (2019). Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, 9 (3): 945-970.

MAGNONI, Antonio Francisco; CAMARGO, Aline Cristina. O potencial social e democrático da internet como esfera pública. **Razón y Palabra**, v. 21, n. 97, p. 423-440, 2017.

MAGRANI, Eduardo; OLIVEIRA, Renan Medeiros De. A esfera pública (forjada) na era das fake news e dos filtros-bolha. **Cadernos Adenauer**, Fake news e as eleições. [S. l.], v. 19, Fake news e as eleições, p. 26, 2018.

Maranhão Filho, E. M. de A., Coelho, F. M. F., & Dias, T. B. (2018). “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional.” **Correlatio**, 17(2), 65–90.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry Adriano. O Negacionismo científico refletido na pandemia da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 7, n. 20, p. 67-78, 2021.

Merton, R. K. Os Imperativos Institucionais da Ciência. In: J. D. Deus (org), *A Crítica da Ciência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 37-52.

MORAES, Monalisa Pedrosa; HOLANDA, Janete Abreu. FAKE NEWS SOBRE A VACINAÇÃO DA COVID-19 NO BRASIL: UM FUNCIONAMENTO DISCURSIVO. **Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras**, v. 2, n. 1, pp. 1-17, 2021.

MOUTINHO, Flavio Fernando Batista. CONFLITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS NORMAS SANITÁRIAS: UM PARALELO ENTRE A REVOLTA DA VACINA E A PANDEMIA DE COVID-19. **Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, p. 60-71, 2020.

NASSARALLA, Anna Paula Amaral et al. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. **RESU – Revista Educação em Saúde**, v. 7, suplemento 1, p. 120-125, 2019.

NETO, Luiz Eusébio de Almeida. **Mitos e verdades sobre o uso de produtos naturais na prevenção e tratamento da Covid-19**. Monografia (Bacharelado em Farmácia) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, p. 42, 2021.

OLIVEIRA, Acauam Silvério. O fascismo é um meme? o tosco enquanto performance política na era digital. **Remate de Males**, v. 40, n. 1, p. 14-40, 2020.

OLIVEIRA, André Soares; GOMES, Patrícia Oliveira. Os limites da liberdade de expressão: fake news como ameaça a democracia. **Revista De Direitos E Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 93-118, 2019.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. **Sociedad y religión**, v. 30, n. 54, p. 121-147, 2020.

PALERMO, Luis Claudio. A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 6, n. 6, p. 01-17, 2014.

PARDO, Fernando da Silva. Discursos de ódio em ambientes digitais: implicações sociais e legais. **SOLETRAS**, Rio de Janeiro, n. 43, pp. 178-196, 2022.

PASINATTO, Rubiamara. O funcionamento discursivo das fake news sobre as vacinas contra Covid-19: sentidos que (ir) rompem o digital e produzem efeitos na vida do sujeito e da sociedade. **Gláuks-Revista de Letras e Artes**, v. 21, n. 01, p. 280-302, 2021.

PAULA, C. P. A.; ARAUJO, E. P. O.; SARAIVA, P. G. P. Comunicação, Informação e Imaginário no processo eleitoral brasileiro: o “Messias” Bolsonaro e o mito do rei pela graça de Deus. **Revista Prisma.com**. n.41, pp.100-122, 2020.

PEREIRA, Matheus. A PERSONIFICAÇÃO DA NOVA DIREITA BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE OS ELEITORES DE JAIR BOLSONARO NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA**, v. 10, n. 1, 2021.

Programa de Combate à Violência e à Discriminação. **Caderno Escola sem Homofobia / Brasil: ECOS – Comunicação e Sexualidade**, 2011.

RATIER, Rodrigo Pelegrini. Grupos de Direita no WhatsApp: Estudo Exploratório de uma Rede em Expansão. **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, [S. l.], p. 1-15, 7 set. 2019.

RAJÃO, Raoni et al. O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, pp. 317-352, 2022.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos IberoAmericanos**, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). **Comunicação & Sociedade**, v. 25, n. 41, p. 95-114, 2003.

RICARD, Julie; MEDEIROS, Juliano. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **The Harvard Kennedy School Misinformation Review**, v. 1, issue 2, 2020.

RICUPERO, B. **Bolsonaro, a pandemia, o passado colonial e o cenário de 2022**. Instituto Humanitas, Unisinos, 2021a. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/606302-bolsonaro-a-pandemia-o-passado-colonial-e-o-cenario-de-2022-entrevista-especial-com-bernardo-ricupero>. Acesso em: 27/07/2022.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese de Doutorado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, p. 233, 2018.

SALGADO, Daniel. Livro citado por Bolsonaro no Jornal Nacional não foi distribuído em escola. **O GLOBO**, 29 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/livro-citado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-distribuido-em-escola-23021610>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?** Barueri, SP: Editora estação das letras e cores, 2020.

SANTOS NETO, Valdemir Soares; STRASSBURGER, Damaris. O atentado ao candidato Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018: a construção de um evento midiático como estratégia de marketing. **Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**, v. 1, n. 3, 2019.

SARAIVA, Luiza JC; DE FARIA, Joana Frantz. A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Pará, v. 42, n. 01, p. 01-15, 2019.

SEIBT, Taís. Limites e possibilidades do fact-checking como prática social para aperfeiçoar a democracia: o Truco nos Estados nas eleições brasileiras de 2018. **Index. comunicación: Revista científica en el ámbito de la Comunicación Aplicada**, v. 10, n. 2, p. 115-141, 2020.

SILVA, A. **A infodemia do discurso de ódio e das fake news: estudo de caso no Twitter**. Monografia (Bacharelado em Tecnologias da Informação e Comunicação) - Centro de Tecnologias, Ciências e Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina. Araranguá, p. 53, 2022.

SILVA CRM, Tessarolo FM. Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataforma de Mídia. In: **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2016, São Paulo. p. 1-13.

SILVA, F. d. (2019). **O regime de verdade das redes sociais on-line: pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro.

SILVA, Tiago Belinho da. **ESTRATÉGIA ELEITORAL NO TWITTER: OS MECANISMOS DISCURSIVOS DE BOLSONARO E HADDAD NO EMBATE PRESIDENCIAL DE 2018**. Artigo científico (Tecnólogo em Gestão Pública) - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba, p. 48, 2018.

SOARES, Felipe Bonow et al. Disputas discursivas e desinformação no Instagram sobre o uso da hidroxiclороquina como tratamento para o Covid-19. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p. 1-15, 2020.

SOUSA JÚNIOR, J. H.; RAASCH, M.; SOARES, J. C.; RIBEIRO, L. V. H. A. S. “Da desinformação ao caos: uma análise das fake news frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil”. **Cadernos de Prospecção**, vol. 13, n. 2, 2020.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, nº 2 p. 922-953, 2018.

SOUZA, Nayara Iris Silva. A disseminação de fake news no caso do coronavírus (COVID-19): uma análise discursiva. **Revista Memento**, v. 11, n. 1, pp. 1-20, 2020.

TASNIM, Samia; HOSSAIN, Md Mahbub; MAZUMDER, Hoimonty. Impact of rumors and misinformation on COVID-19 in social media. **Journal of preventive medicine and public health**, v. 53, n. 3, p. 171-174, 2020.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto. DEU RUIM NA HASHTAG! BOTS E PANDEMIA DE FAKE NEWS EM TEMPOS DE COVID-19: O CASO #FECHADOCOMBOLSO(L)NARO. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 328-347, 2020.

VOIROL, Olivier. L’intersubjectivation technique: de l’usage à l’adresse. Pour une théorie critique de la culture numérique. **Communiquer à l’ère numérique. Regards croisés sur la sociologie des usages**, p. 127-157, 2011.

WARNER, Michael. Públicos e contrapúblicos (versão abreviada). **Periódico Permanente**, v. 4, n. 6, p. 1-17, 2016.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3.ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994.v.1.